



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA**

ROBSON FERREIRA MELO

**O CONCEITO DE MULTICULTURALIDADE EM COLEÇÕES DIDÁTICAS: Uma
análise do Manual do Professor do Projeto Araribá de História.**

**TUCURUÍ
2024**

ROBSON FERREIRA MELO

**O CONCEITO DE MULTICULTURALIDADE EM COLEÇÕES DIDÁTICAS: Uma
análise do Manual do Professor do Projeto Araribá de História**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de História, Campus Universitário de Ananindeua, Programa Forma-Pará, Turma Tucuruí, Universidade Federal do Estado do Pará, como requisito para obtenção do Bacharelado/ Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Wesley Garcia Ribeiro Silva

TUCURUÍ

2024

ROBSON FERREIRA MELO

**O CONCEITO DE MULTICULTURALIDADE EM COLEÇÕES DIDÁTICAS: Uma
análise do Manual do Professor do Projeto Araribá de História**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de História, Campus
Universitário de Ananindeua, Programa Forma-Pará, Turma Tucuruí, Universidade
Federal do Estado do Pará, como requisito para obtenção do Bacharelado/
Licenciatura em História.

Data da Aprovação: 04/11/2024

Conceito: EXCELÊNCIA

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



WESLEY GARCIA RIBEIRO SILVA

Data: 21/12/2024:02:28:30-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Wesley Garcia Ribeiro Silva
Orientador – UFPA

A handwritten signature in black ink that reads "Sueny Diana Oliveira de Souza".

Prof^a. Dr. Sueny Diana Oliveira de Souza
Examinador Interno – UFPA

TUCURUÍ

2024

RESUMO

A presente pesquisa objetiva-se por analisar o Multiculturalismo no livro didático de história projeto Araribá, “Manual do Professor” do 7º ano, anos finais do ensino fundamental, sobre a temporalidade de 2008 a 2017. Utilizamos como fontes os Editais e os Guias do PNLD (Plano Nacional do Livro e do Material Didático) referente à temporalidade de 2008 e 2017 além de 04 manuais impressos, sendo esses: Projeto Araribá 7º ano PNLD 2008, Projeto Araribá 7º ano PNLD 2011, Projeto Araribá 7º ano PNLD 2014 e Projeto Araribá 7º ano PNLD 2017 a fim de averiguar à abordagem conceitual de Multiculturalidade nessa obra. Versaremos pela abordagem de Lívio Sansone (2007), Marcos Garcia Neira (2022), Mariana Martins da Costa Quinteiro e Lana Cláudia Fonseca (2018), entre outros, afim de que esses privilegiem o desenvolvimento das discussões sobre o multiculturalismo. Por fim, almeja-se que por meio dessa e de outras pesquisas o multiculturalismo possa ser dialogado dentro e fora de sala de aula. Aonde as Leis, os Docentes e os Materiais Didáticos de História venham a proporcionar um ensino voltado a consolidação de uma consciência multicultural.

Palavras-chaves: multiculturalismo; disciplina de História; legislação educacional.

SUMMARY

The present research aims to analyze Multiculturalism in the Araribá project history textbook, "Teacher's Manual" for the 7th year, final years of elementary school, about the temporality of 2008 to 2017. We used as sources the Notices and Guides of the PNLD (National Book and Teaching Material Plan) referring to the period of 2008 and 2017 in addition to 04 printed manuals, these being: Project Araribá 7th year PNLD 2008, Project Araribá 7th year PNLD 2011, Project Araribá 7th year PNLD 2014 and Project Araribá 7th year PNLD 2017 in order to investigate the conceptual approach of Multiculturality in this work. We will use the approach of Lívio Sansone (2007), Marcos Garcia Neira (2022), Mariana Martins da Costa Quinteiro and Lana Cláudia Fonseca (2018), among others, so that they prioritize the development of discussions about multiculturalism. Finally, it is hoped that through this and other research, multiculturalism can be discussed inside and outside the classroom. Where Laws, Teachers and History Teaching Materials come to provide teaching aimed at consolidating multicultural awareness.

Keywords: multiculturalism; History subject; educational legislation.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	6
1 INTRODUÇÃO	6
2 O MULTICULTURALISMO	9
3 OS EDITAIS	14
4 OS GUIAS	20
5 O MANUAL DO PROFESSOR.....	23
6 PROJETO ARARIBÁ	26
7 O MANUAL DE 2008.....	30
7.1 Subsídios teóricos para o professor em 2008.....	33
7.2 Abordagem direcionada a sala de aula em 2008.....	34
7.3 Avaliação do guia 2008.....	39
8 O MANUAL DE 2011.....	40
8.1 Subsídios teóricos para o professor em 2011	42
8.2 Abordagem direcionada a sala de aula em 2011	45
8.3 Avaliação do guia 2011.....	50
9 O MANUAL DE 2014.....	53
9.1 Subsídios teóricos para o professor em 2014.....	56
9.2 Abordagem direcionada a sala de aula em 2014.....	57
9.3 Avaliação do guia de 2014.....	59
10 O MANUAL DE 2017	61
10.1 Subsídios teóricos para o professor em 2017.....	63
10.2 Abordagem direcionada a sala de aula em 2017.....	66
10.3 Avaliação do guia de 2017.....	68
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar, em seu primeiro momento como os Editais e os Guias do Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), entendiam o que vinha há ser o conceito de multiculturalidade. Para essa análise, utilizaremos como fonte primária 02 (Dois) Editais e 02 (Dois) Guias do PNLD, sendo o primeiro Edital publicado ao ano de 2008 e tendo com último o referente ao ano de 2017, já ao analisarmos os Guias do PNLD, utilizaremos os que trabalham em consonância com essas temporalidades dos Editais.

Nossa análise consiste em verificar nessas documentações o que se compreendia por multiculturalidade, assim como analisar o que fora definido pelos Editais e pelos Guias do PNLD's como critérios conceituais de multiculturalidade, há estarem se fazendo presente no material didático.

Utilizaremos como foco a disciplina de História, a qual é voltada para uma abordagem de caráter quanto a um ensino crítico. Nosso intuito é buscar problematizar questões voltadas aos preceitos multiculturais, quanto ao esclarecimento do que se entendia por multiculturalidade abordado no material didático. Rebeca Gontijo (1993) ressalta que sobre essa abordagem, os professores devem-se embasar em documentos de referência como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), quanto da abordagem voltada aos temas transversais, na busca de enaltecer essa temática.

Nossa escolha do Material didático se dá sobre análise de Ângela Pinho e Felipe Seligman (2007, apud DA SILVA, Jeferson 2012, p.103) quanto da afirmativa de que ao ano de 2008 a Coleção mais escolhida pelos professores, "Projeto Araribá-História", da editora Moderna, teve 5,7¹ milhões de exemplares distribuídos às escolas de 5^a a 8^a série em 2008. Deixando para trás os 2,5 milhões vendidos no

¹ Jeferson Rodrigo da Silva (2012a) ressalta que o quantitativo de exemplares distribuídos da coleção Projeto Araribá, se deve a uma História, mais distribuídas pelo PNLD de 2008. Sobre essa temporalidade a obra em questão se caracterizou como singular para o contexto educacional do início do século XXI. O autor, expressa que o sucesso do Projeto Araribá, se caracterizar pela: abrangência de sua temática que fora direcionada a múltiplas disciplinas, pela busca da competência leitora proficiente, por sua estratégia agressiva de venda, por sua autoria coletiva como identidade da coleção, além de salientar que o sucesso dessa coleção está vinculado a complexas relações entre as atuais demandas para um ensino de qualidade, pelos interesses comerciais, pelas políticas públicas, que de certo modo, legitimam os propósitos da coleção. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclcfndmkaj/https://wp.ufpel.edu.br/leh/files/2017/12/SILVA-Jeferson.-De-an%C3%B4nimo.pdf>. Acesso em: 02 Mar. 2024.

Brasil, pelos seis primeiros volumes de “Harry Potter” e os 1,5 milhões do “Código da Vinci”.

Em um segundo momento da pesquisa, utilizaremos como fonte primária exatos 04 (Quatro) Manuais do Professor do 7º ano, anos finais do ensino fundamental, disciplina de História, sendo esses: Projeto Araribá 7º ano PNLD 2008, Projeto Araribá 7º ano PNLD 2011, Projeto Araribá 7º ano PNLD 2014 e Projeto Araribá 7º ano PNLD 2017, os quais em sua totalidade representam 12 (Doze) anos de conteúdo ministrado dentro de sala de aula, sendo esses tratados como um único arquivo serial, cito: os anos de 2008 a 2017. Os Manuais em questão foram aprovados no Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), os quais por via de fato, conforme resolução CD/FNDE nº 42, de 28 de agosto de 2012, puderam ser escolhidos pelos profissionais de História, junto à secretaria da escola, a fim de serem trabalhados pela instituição a partir dos docentes, os quais optaram por embasar ou direcionar a confecção do seu material didático/metodológico para sala de aula.

Por meio dessa pesquisa, busca-se colaborar com a expansão do tema, quanto ao aspecto voltado às questões multiculturais. Trabalharemos especificamente com os manuais do “Projeto Araribá do 7º ano”, mediante constatação de que há esse número do ciclo escolar, as questões relacionadas à temática multicultural, apresentam-se com mais frequência.

A presente pesquisa busca incitar no docente o ensejo por trabalhar em sala de aula a abordagem de um ensino multicultural, inclusivo e diversificado, quanto do caráter étnico-racial dos povos afrodescendentes e indígenas. Kabengele Munanga (2015) ressalta que essa temática é polêmica, mas que a defesa da diversidade e da diferença é uma questão vital na construção de uma cidadania duradoura e identitária.

A partir dessa temática, o ensino considerado multicultural deve ser abordado não porque os documentos de referencia orientam, mas pelo fato do multiculturalismo esta impregnado na cultura local, a qual, o torna corriqueiro e natural no dia-a-dia de professores e alunos. Já em sala de aula, o tema deve ser abordado a partir da ação do docente, com o intuito de influenciar seus discentes a buscarem uma visão analítica empoderadora acerca das culturas de matrizes

africana e indígena existente ou não em sala de aula. Objetivamos trazer a “superfície” por meio da criticidade histórica, os saberes desses sujeitos, que até então, estavam marginalizado pelo conhecimento eurocêntrico colonizador. Mariana Martins da costa Quinteiro e Lana Cláudia Fonseca (2018) ressaltam que para fundamentar um espaço multicultural, os professores devem se atentar as concepções de conhecimentos dos alunos, a fim de adequarem o saber histórico currículo ao saber histórico tradicional, ao ser abordar essa temática em sala de aula.

Por fim, almeja-se que por meio dessa pesquisa e de outros trabalhos, o multiculturalismo obtenha maior destaque e possa ser dialogado em sala de aula. E que as Leis, os Docentes e os Materiais Didáticos de História, venham a proporcionar um ensino voltado à consolidação de uma consciência multicultural nos discentes das unidades escolares de todo Brasil. Assim como instiga-los a se perceberem como herdeiros dessa historicidade brasileira, quanto a cultural Afro-brasileira e Indigenista. Onde por meio do saber histórico, esses façam frente à hegemonia do discurso Europeu sobre a “Inferiorização científica”, relacionado ao saber dos povos Indígenas que aqui se encontram e dos africanos que chegaram a esse continente em situação de escravizados no período colonial brasileiro, os quais deixaram como herança para sua prole, seus saberes e tradições.

2 O MULTICULTURALISMO

O multiculturalismo se refere a estudos voltados para as diferentes culturas espalhadas nos lugares do mundo, objetivando a partir da aprendizagem a importância de cada cultura a fim de evitar os conflitos sociais. Podendo também estar voltado à política, quando os grupos como negros, índios, mulheres e outros que reivindicam perante as autoridades políticas seus direitos e deveres como cidadãos. (FERREIRA, 2021, p.01).

Segundo Marcos Garcia Neira (2019), o aspecto relacionado à multiculturalidade², tem sua origem no hemisfério norte. Após a Segunda Guerra Mundial, os países ricos presenciaram um intenso fluxo migratório proveniente das ex-colônias como decorrência de problemas sociais e econômicos gerados à época da sua exploração pelas metrópoles. A nova configuração social forçou a convivência com as diferenças, elevando o contato entre culturas distintas.

O termo multiculturalidade se dar na concepção de consolidar em uma única palavra, o acúmulo de múltiplas culturas em uma mesma localidade, muitas das vezes ocasionada pela questão migratória. Ao passar do tempo mediante as variações dialética dessa palavra, o termo é tomado com o sentido de defesa das múltiplas culturais espalhadas ao redor do planeta. Ao se fazer uso desse termo hoje, busca-se apreender e compreender a importância que cada cultura tem para o convívio social. O emprego do multiculturalismo em questões voltadas a política de grupos, destacou-se à medida que o termo buscou combater o preconceito e certas discriminações contra negros, indígenas, mulheres, grupos LGBTQIA+ e outros que busquem seus direitos como cidadãos.

Francisca Jéssica Santos Ferreira (2022) ressaltar que por meio de alguns movimentos sociais, ocorrido principalmente em países desenvolvidos, há exemplo dos Estados Unidos (EUA), esse fenômeno ganha enorme proporções, ao direcionar o sentido do termo multiculturalismo, para a vertente discriminatória. O movimento negro buscou combater a subalternização e a discriminação racial, assim como da

2 O site: Significados.com.br descreve o termo “Multiculturalidade” como um aglomerado de culturas, que coexistem simultaneamente em uma mesma localidade, região, cidade ou país. O mesmo descreve o Brasil como um país multicultural, advindo de sua historicidade decorrente ao aspecto da “Migração” quanto a sua colonização; NEIRA, Marcos Garcia em seu artigo- Políticas culturais, multiculturalismo e currículo. Ressalta algumas características do termo como sendo essa: contrária à assimilação de qualquer cultura, em especial as tidas como minoritárias. A mesma busca incentiva às diferenças culturais, o respeito à diversidade, bem como o fim do preconceito cultural. Disponível em: www.significados.com.br/multiculturalismo/ e NEIRA, Marcos Garcia. Políticas culturais, multiculturalismo e currículo. <https://midia.atp.usp.br/evc/m3/textos/CD-textodeapoio-aula11.pdf>. Acesso em: 02 e 28 Nov. 2022.

obtenção de garantias de direitos civis, a esses grupos que até então eram subjugados e excluídos, onde sua cultura fora considerada inferior à cultura euro-americana constituída por: brancos, letrado, masculino, heterossexual e cristão.

O movimento obtém seu auge ao final dos anos 1970, quando fora elaborado um currículo escolar como projeto pedagógico. Aonde escola e universidade, vieram a abordar temáticas contrarias ao preconceito e a discriminação cultural, na busca pela convivência harmoniosa com a diversidade cultural, existente nas escolas, nos bairros e no mercado de trabalho. O Brasil destaca-se como país multicultural, onde sua população nasce do encontro dos povos: Indígenas, Africanos, Imigrantes europeus e asiáticos. Sendo essa mescla de genes responsável pela formação da matriz multicultural brasileira.

Em meio a este processo de imaginar a comunidade nacional, é notório o destaque atribuído ao tema da diversidade – seja através das noções de miscigenação racial ou de hibridismo cultural, ou ainda, da ideia de que o Brasil é um país plural, multifacetado etc. -, que parece ter sido compreendido, sobretudo e em diferentes momentos, em termos de “raça”. *Cultura e Etnicidade*. (GONTIJO, 1990, p.55).

Ao mencionarmos as unidades escolares, especialmente os espaços voltados à sala de aula, não podemos considerar esse uniforme, quando mencionarmos o ponto de vista multicultural; na ocasião em que, em sala de aula, não se pode considerar a existência apenas do saber científico³, representado muitas das vezes pelo professor (a), nesse espaço encontra-se presente estudantes que carregam por meio de sua vivência, saberes que em alguns casos foram adquiridos por meio de tradições culturais de sua comunidade.

Os professores devem estar atentos às diversas concepções previstas dos estudantes, ou seja, aos conhecimentos populares que circulam nas salas de aula, para que possam direcionar as suas aulas as necessidades individuais e coletivas, nas sociedades e comunidades onde vivem. Nisso

³ O saber científico e descrito no site: significados.com.br como o saber que parte do principio das análises dos fatos reais e cientificamente comprovados, envolvendo experimentação e coleta de dados. Baseando-se em observações e experimentações, que servem para atestar a veracidade ou falsidade de determinada teoria. Tendo como características: A Sistematização (Saber Ordenado), Verificação (Ideias ou Teorias) e Falível (Não é definitivo); conhecimento esse que na visão do colonizado Europeu ocasionou uma serie de processos discriminatórios e de dominação dos povos tradicionais existente no Brasil, onde o saber tido como Senso Comum, frente ao Conhecimento Cientifico, foi inferiorizado assim como seus praticantes. Para saber mais Leia Mirleide Andrade Silva, Edivaldo da Silva Costa e Aline Alves Costa “Conhecimento Cientifico e Senso comum: uma abordagem Teórica” publicado no VII Colóquio Internacional – São Cristóvão/SE/Brasil “Educação e Contemporaneidade” de 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9718/96/95.pdf>. Acesso em: 26 de Dez. 2022.

consiste a visão das salas de aula como espaços multiculturais, fundamentais para se superar possíveis dificuldades na comunicação, materializando um espaço dialógico, onde os conhecimentos dos alunos e dos grupos aos quais representam, embora diferentes das concepções científicas, sejam reconhecidos e valorizados. Especialmente no caso daqueles estudantes provenientes de meios culturais nos quais a ciência não faz parte de seu cotidiano, como os estudantes oriundos de comunidades tradicionais. (QUINTEIRO; FONSECA, 2018, p. 153).

Lívio Sansone (2007) expõe que na conferência de Durban em 2001, o Brasil expressar a implementação de uma política de ação afirmativa, assim com a criação de cotas nas universidades, em benefício de negros, indígenas e de outras camadas tidas como minoritárias. Buscou-se com isso, reparar a desigualdade sobre a diversidade na sociedade, no mercado de trabalho e nas universidades. As ações voltaram-se especificamente as universidades, denominando-se de educação à diversidade, mediante a necessidade de se ter uma educação contextualizada, antirracista e de características multicultural no currículo universitário.

Evidencia-se que essa conquista se deu mediante ao processo de luta e produção de conteúdo intelectual gerado por parte dos movimentos de negros e mestiços que lutaram em torno da mesma identidade. Até o fim do século XIX no Brasil, o movimento buscou criar coletivamente diversas instituições voltadas aos interesses das comunidades negras, cito: o Movimento Negro Unificado, o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará, Associação dos Negros Brasileiros (ANB), Convenção Nacional do Negro Brasileiro (CNNB) e União Nacional dos Homens de Cor (UNHC), bem como outros que lutaram por liberdade racial no país. Esses movimentos passaram a apontar o racismo e a discriminação sofrida por essas comunidades, advindo do mito da democracia racial (branqueamento⁴) da

⁴ O império preocupado em consolidar o nacionalismo, em 1838 cria o Instituto Histórico e Brasileiro (IHGB), visando consolidar os símbolos e as memórias que representariam a identidade nacional. Após análise, os pesquisadores do IHGB, ressaltam que não teriam como construir um projeto de civilização compatível com aspirações nacionais, contando com sangue de negros, indígenas e mestiços degenerados, considerado como raças inferiores pela sociedade europeia. Daí a prática do esquecimento voluntário, resultando no apagamento oficial da memória desses povos da história do Brasil. A Política do branqueamento estipulava que negros e indígenas seriam assimilados e substituídos ao longo do tempo, pelo fator reprodutivo. Mediante a concepção de que o fator Rh dos Brancos era superior aos dos Negros e Indígenas. No Brasil se ouvia falar no discurso do mito das três raças. Um país originado advindo da miscigenação racial composto por europeus, africanos e indígenas. Onde por meio da democracia racial, buscou-se ter como alicerce a fábula da mestiçagem da população brasileira. Onde pregava-se que esse princípio de multiculturalidade teria se dado de modo harmonioso, tendo como consequência a ideia de que no Brasil, todos seriam iguais. Ver-se: Kabengele Munanga. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/107184/105723>. Acesso em: 25 Nov. 2022.

população. Posteriormente a sociedade brasileira se desmembra no que podemos chamar de raça negra e branca. Por meio desse discurso a respeito dessa construção identitária nacional, a memória dos descendentes africanos e indígenas fora apagada ou representada negativamente. Nesse sentido Kabengele Munanga (2015, p.22) afirma que:

Essa questão que está no âmago das polêmicas maniqueístas do bem e do mal que envolvem o debate sobre a ação afirmativa e a obrigatoriedade do multiculturalismo na educação brasileira. É a partir dessa interminável polêmica que pretendo me colocar para mostrar que a defesa da diversidade e da diferença é uma questão vital no processo de construção de uma cidadania duradoura e verdadeira, por um lado, sem, entretanto, abrir mão da defesa de nossas semelhanças e nossa identidade humana genérica.

O multiculturalismo hoje se tornou um termo que abrange o campo educacional e as políticas públicas, além de combater o preconceito e a discriminação social.

A partir de meados dos anos 90, com a progressiva atuação do Movimento Negro, crescentes em espaço público, o governo brasileiro buscou a realização de debate popular, objetivando a confecção de políticas específicas a favor da afirmação da identidade negra. Em 2003, cria-se a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e a partir dessa, o Governo Federal sinaliza quanto ao fortalecimento das ações afirmativas, com a confecção do primeiro projeto de Lei nº 10 639/03⁵, alterando a Lei de Diretriz da Educação, tornando obrigatória à inclusão da história e cultura afro-brasileira na grade curricular do ensino fundamental. Lei essa que cogitou quanto da correção história, bem como do combate ao racismo e da discriminação racial. Posteriormente essa fora substituída pela Lei nº 11645/08⁶, configurando-se como um aditivo ao incluir a historicidade das comunidades indígenas, como forma de correção ao banimento da

⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 12 Dez. 2022.

⁶ BRASIL. Ministério da Educação. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 12 Dez. 2022.

memória empoderada⁷ desses sujeitos, que foram deixados à margem da sociedade ou expurgado da história do Brasil. Onde por meio, da consolidação dessa lei, se define a criação de um marco temporal sobre a interpretação do assunto no Brasil.

Sendo o parecer nº CNE/CP 003/2004, aprovado em 10/3/2004, onde o Conselho Nacional de Educação via políticas de ações afirmativas, busca reconhecer e valorizar a história cultural e identidade dos afro-brasileiros (BRASIL, 2004). Em consonância a Lei 11.645, de 10 de março de 2008, que estabelece através da Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), a inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, (BRASIL, 2008).

⁷ O contexto de Empoderamento abordado em vários estudos está muito ligado ao empoderamento de: Indivíduo, gênero, Classe social, Classe econômico, política, educacional, psicológica, física, cultural Etc. Nesse contexto o que mais se assemelham ao que iremos aborda refere-se ao Empoderamento Cultural e o Educacional; na busca de empoderá os saberes dos povos indígenas e afro-brasileiros (Quilombos). Por meio de verificações no âmbito escolar, buscaremos vislumbrar o negro e o indígena como protagonista presente na formação da historia do Brasil, não como mero coadjuvante. Ver-se: Lino João de Oliveira Neves, « Desconstrução da colonialidade: iniciativas indígenas na Amazônia », eadernos CES [Online], 02 | 2008, posto online no dia 01 dezembro 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1302>. Acesso em: 25 Nov. 2022.

3 OS EDITAIS

O Conceito de edital, se dar mediante a normatização da Lei 8666/93 e Lei 10.520/02⁸, quanto de sua estruturação, sendo esse composto por normas importantes, para que os interessados tenham conhecimento quanto da forma de seleção, dos pré-requisitos, datas importantes para o envio de documentos, entre outros. Os editais disponibilizam oportunidades de negócios e devem ser lidos pelos licitantes com extrema atenção, pois regimentam e explicitam as irregularidades que não devem ser cometidas pelos fornecedores, assim como de suas eventuais penalidades. Seu conteúdo deve ser divulgado ou difundido, na imprensa ou em ambientes públicos, para fins de tomada de conhecimento pelos populares ou empresas que tenham interesse no assunto.

No Edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)⁹, estão descritas todas as regras quanto da convocação de interessados em participar do processo licitatório de obras didáticas e recursos educacionais digitais, destinados aos estudantes e professores das escolas públicas de educação básica da rede federal, estadual, municipal e do Distrital, conforme condições pré-estabelecidas em cada edital.

Poderão receber obras do PNLD as escolas públicas federais e as das redes de ensino (municipal, estadual ou distrital) que tenham firmado Termo de Adesão ao PNLD, em conformidade com a Resolução CD/FNDE nº 42, de 28 de agosto de 2012, observados os prazos, normas, obrigações e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação. (Edital do PNLD 2017, p.12).

Os Editais elaborados vêm sendo perpassado por revisões frequentemente, à medida que leis são sancionadas e novos saberes são postos sobre visibilidade, o

⁸ A Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021. Determina que: Art. 1º Esta Lei, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, substituindo a Lei de Licitações nº 8.666/1993 e a Lei do Pregão Eletrônico nº 10.520/2002. (BRASIL, 2021). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 26 Fev. 2024.

⁹ A data de 19 de agosto de 1985, ano que e promulgado o Decreto de Lei 91542 de criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Apesar de conter apenas nove artigos o decreto foi um marco para a política do livro didático no Brasil, representando avanços no que se refere à distribuição de material didático para alunos, assim como a escolha desse pelos professores. (BRASIL, 1985) Hoje o programa conta com nova descrição, sendo o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), onde esse é tratado nos dias contemporâneo, como o programa mais antigo voltado à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública do Brasil. Disponível em: [Http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%3Brico](http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%3Brico). Acesso em: 13 Mar. 2023.

Edital do PNLD, busca gerenciar e fazer-se por meio de sua prerrogativa, implementar e empreender em seu currículo essas novas habilidades, expondo ao discente e docente a temática por meio do material didático, distribuídas de forma gratuita em todas as unidades educacionais do território nacional, inscrita no programa do PNLD.

Os editais do PNLD balizam as Editoras, quanto da inscrição de seu material didático no processo avaliativo e seletivo de cada edição. De acordo com a Constituição Federal, o multiculturalismo ao ser abordado, deve ter como base o: Pluralismo de ideias, valorização da experiência extraescolar, valorização da imagem da mulher, abordar a temática de gênero, a imagem de afrodescendentes, relações étnico-raciais, a cultura e história afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, temáticas que estabelecem que os materiais didáticos não possam vincular em seus textos ou ilustrações, qualquer tipo de preconceitos ou discriminação contra a (origem, etnia, gênero, religião e idade) de qualquer grupo social. Para, além disso, a temática contida no material didático deve estimular o convívio social e o reconhecimento da diferença étnica, por meio do pluralismo social. Posto isto, as ações afirmativas de gênero, orientação sexual e etnias, devem-se estimuladas no contexto do material didático. Sendo as obras consideradas aptas, incorporadas ao Guia da referida edição, já as coleções que não atenderem às exigências, serão excluídas. Nesse sentido o Edital de 2008, baliza que:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96 - preconiza como princípios do ensino a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”, o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”, o “respeito à liberdade e apreço à tolerância”, a “garantia do padrão de qualidade”, a “valorização da experiência extraescolar” e a “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (Título II, art. 3o). (Edital do PNLD 2008, p.30).

Já os itens 2, 7 e 8 do Edital do PNLD 2017, indicam que as Editoras que desejem ter seu material didático aprovado nessa edição, cumpram com os requisitos expostos a seguir:

[...]

2) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

[...]

7) Parecer CNE/CP nº 003 de 10/03/2004 – Aborda assunto relativo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

8) Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. (Edital do PNLD, 2017, p.41 e 42).

Lino João de Oliveira Neves (2008) enfoca que o processo de colonização imposto aos povos indígenas pelos colonizadores Espanhóis e Portugueses, ocorreu mediante as imposições impostas pelo pensamento eurocêntrico, que ocupou a mente e a terra desses povos. Esses pensamentos reducionistas provocaram a exclusão dos saberes tradicionais, essas ações, contribuíram com a aniquilação da produção de conhecimento ao longo dos séculos, além de condenar ao esquecimento, inúmeras tradições ameríndias. Torna-se de grande proeminência à implementação de uma educação multicultural que enfoque na diversidade dessas raízes culturais que compõem o povo brasileiro, bem como a inclusão da história e da cultura de povos que contribuíram na formação da população brasileira.

O chamado Terceiro Mundo, pensa menos e, o que é muito mais grave, convencido que foi de que é um continente de terceira, seus povos pensam que pensam “menos”, pensam que pensam pior, pensam que seus pensamentos são de menor qualidade, pensam que pensam com mais pequena propriedade, pensam que seus pensamentos são menores, mais pequenos, inferiores aos pensamentos do Primeiro Mundo, do mundo civilizado, do mundo desenvolvido, do mundo ocidental, do mundo europeu, do Norte. Nós pensamos que pensamos “menos” porque o nosso pensamento é hoje resultado de um longo processo de colonização que resultou em um profundo sentimento de inferioridade, responsável pela colonialidade do nosso pensamento que por não mais pensar hoje como pensou em tempos ancestrais, como pensaram os antepassados ameríndios, pensa que pensa “menos”. (NEVES, 2008, p.02).

Poder-se-ia constituir um ponto de partida na busca de estabelecer o conhecimento científico desses povos nas escolas, sendo para isso, necessário ações fora da sala de aula, onde professores e alunados utilizassem dos espaços informais como meio investigativo, para experiências e realizar observações relacionadas à cultura local. Ampliando seus horizontes e transformando a sala de aula em um espaço multicultural, onde não se fale apenas de ações, mas que se viva essas, tendo como base os saberes tradicionais, a fim de ser construir uma sociedade mais igualitária e democrática. Como propõe Mariana Martins da Costa Quinteiro e Lana Cláudia Fonseca (2018, p. 153), “poderemos construir espaços escolares mais orgânicos em que os diversos conhecimentos sejam considerados validos e utilizados como matéria-prima no processo ensino-aprendizagem”.

Sendo esse o primeiro passo na busca de uma temática multicultural, ao considera-se que toda comunidade produz conhecimento, para tanto, deve-se levar o indivíduo a interpretar sua realidade a luz de seu próprio saber. Essa observação ao ser considerada na elaboração do currículo escolar possibilitará o diálogo entre conhecimento tradicional e científico. Assim ao se realizarem visitas *In loco* as comunidades tradicionais, tornasse possível que o conhecimento popular adentre a sala de aula, por meio do registro da memória e das fontes orais as quais podem ser realizada com diversos grupos tradicionais, na busca de se estabelecer uma nova forma quanto à construção do currículo escolar, possibilitando “dar a palavra”¹⁰ a comunidades tradicionais, por meio da organização de um espaço multicultural, válido para ambos os saberes. Rebeca Gontijo (1993) ressalta que os professores ao abordarem as questões voltadas ao multiculturalismo, podem ser valer dos temas transversais por meios dos materiais de referencia como os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais)¹¹, quanto da busca por prestigiar o conhecimento desses povos.

Quanto da obtenção desse currículo multicultural, Pedro Paulo A. Funari e Glaydson José da Silva (2010) ressaltam que por meio do conhecimento de relatos e documentos antigos, essa proposta curricular, seria bem eficaz, ao transportar para

¹⁰ Segundo o site: Ciberduvidas, o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (Versão brasileira), dar a palavra tem duas acepções: “permitir (ger[almente], o dirigente de uma assembleia) que alguém fale”; “garantir a realização de um compromisso”. O dicionário da Academia das Ciências de Lisboa estabelece uma diferença entre dar (ou ceder) a palavra (a alguém), no sentido de “cessar de falar dar a oportunidade de falar a outrem” e dar a sua palavra, expressão em que se assume um compromisso. Finalmente, no Dicionário Prático de Locuções e Expressões Correntes, de Emanuel de Moura Correia e Persília de Melim Teixeira, edição da Papiro Editora, “dar a palavra” significa “comprometer-se,; obrigar-se; assumir a responsabilidade”. É, pois, possível atribuir dois significados a dar a palavra “ceder a vez de falar (em público)” e “comprometer-se”. Em nossa teste busca-se o sentido de dar a palavra ou ceder a oportunidade, quanto das comunidades tradicionais de expressarem seu ponto de vista, ao em vez dessas palavras, serem ditas sobre um olhar de quem esta de fora da comunidade. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultoria/perguntas/dar-a-palavra/22798#>. Acesso em: 25 Abr. 2023.

¹¹ A temática voltada ao Multiculturalismo está sendo regida nesse momento pela Transversalidade do Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1998 – voltado ao Ensino Fundamental 2. (BRASIL. MEC, 1998). Assim como o artigo de Beatriz de Basto Teixeira, intitulado: Parâmetros Curriculares Nacionais, Plano Nacional de Educação e a Autonomia da Escola. Disponível em: <https://www.anped.org.br>. Ambos acesso em: 12 de Maio de 2023. A pesquisa esta voltada sobre uma temporalidade anterior a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Onde o Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 41-44, 22 dez. 2017. Para saber mais sobre o PCN, Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcgiclfndmkaj/http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>. Acesso em: 27 Fev. 2024.

sala de aula, quando em prol de dada temática: os diálogos, os saberes, e a vivência de determinadas pessoas. Sendo que por meio dessa, se possa combater o apagamento e o silenciamento secular que essas tradições têm sofrido, por serem consideradas nulas e inválidas do ponto de vista, europeu hegemônico. Partindo desse ponto, poder-se-ia realizar a confecção de um currículo que venha a fazer sentido para ambos os saberes, aonde à comunidade tradicional e o saber científico se reconheçam e que a partir do outro, possam ampliar sua visão de mundo.

O Edital 2008, sobre o tocante da regra, prioriza-se que o material didático:

Sob-hipótese alguma devem veicular preconceitos, estar desatualizados em relação aos avanços da teoria e prática pedagógicas, repetir padrões estereotipados ou conter informações erradas, equivocadas ou superadas pelo desenvolvimento de cada área do conhecimento – sejam sob a forma de texto ou ilustração – ou ainda, informações que contrariem, de alguma forma, a legislação vigente, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo. Devem, ao contrário, favorecer o diálogo, o respeito e a convivência, possibilitando a alunos e professores o acesso a informações corretas e necessárias ao crescimento pessoal, intelectual e social dos atores envolvidos no processo educativo. (Edital do PNLD 2008, p.29).

As obras que pretendem ser apreciadas na análise do Edital de 2017, deverão respeitar à legislação, observar os princípios éticos, a constituição cidadã, as diretrizes e as normas oficiais que regulamentam o ensino fundamental. Buscou-se por meio dessas imposições, a obtenção de materiais didáticos com a inexistência vinculativa de estereótipos e preconceitos social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de linguagem, religiosa, condição de deficiência, bem como de qualquer forma possível de discriminação ou de infração de direitos humanos. A intenção fora destacar uma metodologia marcada pela transversalidade, no intuito de se observar uma perspectiva multicultural curricular. A partir do comprimento da lei, Kabengele Munanga (2015), enfatizar que a Lei é polêmica, mas que a defesa da diversidade e da diferença é uma questão vital na construção de uma cidadania duradoura e identitária.

“Essa abordagem deve ser apoiada com o objetivo de contribuir para a eliminação de discriminações, racismos e preconceitos, e conduzir à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente. Na perspectiva de construção de uma sociedade mais democrática e solidária, novas demandas provenientes de movimentos sociais e de compromissos internacionais firmados pelo país, passam, portanto, a ser contempladas entre os elementos que integram o currículo, como as referentes à promoção dos direitos humanos. Muitas delas tendem a ser incluídas nas propostas curriculares pela adoção da perspectiva multicultural. Entende-se, que os conhecimentos comuns do currículo criam a possibilidade de dar voz a diferentes grupos como os negros, indígenas,

mulheres, crianças e adolescentes, homossexuais, pessoas com deficiência. Mais ainda: o conhecimento de valores, crenças, modos de vida de grupos sobre os quais os currículos se calaram durante uma centena de anos sob o manto da igualdade formal, propicia desenvolver empatia e respeito pelo outro, pelo que é diferente de nós, pelos estudantes na sua diversidade étnica, regional, social, individual e grupal, e leva a conhecer as razões dos conflitos que se escondem por trás dos preconceitos e discriminações que alimentam as desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual, das pessoas com deficiência e outras, assim como os processos de dominação que têm, historicamente, reservado a poucos o direito de aprender, que é de todos”. (Edital PNLD, 2017, p.40 e 41).

A partir das leis mencionadas anteriormente, o ensino considerado multicultural deve ser abordado não por que a lei orienta, mas pelo fato do multiculturalismo esta impregnado na cultura local, o qual, o torna corriqueiro e natural no dia-a-dia de professores e alunos. Já em sala de aula, o tema deve ser abordado a partir da ação do docente, com o intuito de influenciar seus discentes a buscarem uma visão analítica empoderadora acerca das culturas de matrizes africana e indígena, existentes ou não em sala de aula. Objetiva-se com isso trazer a “superfície” por meio da criticidade histórica, os saberes desses sujeitos, que até então, estavam marginalizado pelo conhecimento científico eurocêntrico colonizador. Mariana Martins da costa Quinteiro e Lana Cláudia Fonseca (2018) descrevem que para fundamentar um espaço multicultural, os professores devem se atentar as concepções de conhecimentos dos alunos, a fim de se adequarem o saber histórico currículo ao saber histórico tradicional, no lugar onde ira atua.

4 OS GUIAS

O Guia de Livros Didáticos é um dos documentos mais importantes para efetivação da escolha, pois traz resenhas e informações acerca de cada uma das obras aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), apresentando aos docentes análises, reflexões e orientações quanto ao conteúdo e estrutura das obras e suas potencialidades para a prática pedagógica. Além de resenhas e de textos introdutórios escritos pelas equipes de avaliação de cada componente curricular. (Guia do PNLD 2008)

De modo dinâmico o Guia é uma peça fundamental de orientação para os docentes da educação básica de todo país, quanto da escolha de obras didáticas que orientem, informem e conduzam a categórica reflexão. Tão logo escolhido, o mesmo ao ser esmiuçado, deverá estabelecer condições propícias ao bom desenvolvimento das atividades político-pedagógico da escola. Sobre taxativa medida o material didático configura-se como mediador de alguns debates públicos, de concepções sociais e demandas públicas, vinculadas ao experimento temático curricular das obras didáticas. Além de prover, seus resultados avaliativos nos Editais do PNLD.

O resultado avaliativo do PNLD de 2008 demonstra que há muitas novidades incorporadas às coleções, nota-se que à atual estratégia pedagógica para as coleções, está sendo direcionado quanto da compreensão da realidade social, por meio de uma história contada através do cotidiano do aluno, possibilitando a valorização, a autonomia e a criatividade, quanto ao processo de ensino-aprendizagem.

A concepção de História adotada na Coleção deve viabilizar que o aluno aprenda a pensar historicamente, compreendendo os diferentes processos e sujeitos históricos, as relações que se estabelecem entre os grupos humanos nos diferentes tempos e espaços. Deve possibilitar a incorporação da renovação historiográfica, a partir de um problema ou conjunto de problemas, ou de diferentes versões, proporcionando a formação para a autonomia, a crítica e a participação na sociedade. Deve, ainda, permitir a observação atenta do mundo, identificando as relações sociais que estão ao seu redor. (Guia do PNLD 2008, p 13).

Sobre a abordagem multicultural nota-se certo respeito, à tolerância e a liberdade do contexto étnico social e de gênero. É notório o combate ao preconceito, à discriminação racial, sexual e da violência contra as mulheres. Em prol de uma sociedade antirracista, justa e igualitária.

O Guia de 2008, ao considerar aptas certas coleções para essa edição, determina que os preceitos teóricos e metodológicos do material didático, apontem

para a identificação de uma história composta por diferentes interpretações dos fatos, onde o atual conceito histórico se dar por meio de uma abordagem investigativa do passado, mas com sentido no presente. Essa deve abordar com ênfase, uma história cotidiana, cultural, identitária por meio das fontes orais, aonde esse recorte de memória, venha a contribuir para a formação do senso crítico do estudante. Obra que ao final do processo será caracterizada como eclética e diferente, ao fazer-se respeitar certa ordenação cronológica tradicional, sobre o aspecto político, econômico e cultural de dado grupo social.

Avalia-se a coleção que desenvolve e utiliza corretamente conceitos, imagens e informações da área de História, se apresenta referências fundamentais de tempo e espaço para que o aluno se localize em relação a sua e a outras sociedades e se incorpora novas temáticas, como a da cultura afro-brasileira. Avalia, também, se possibilita o desenvolvimento de vocabulário específico associado ao domínio das noções e conceitos centrais da área, como tempo (passado, presente, futuro, sequência, transformação, simultaneidade, duração, período), espaço, história, sujeito histórico, cultura, natureza, sociedade, relações sociais, poder, trabalho, fontes, historiografia. (Guia do PNL 2008, p 13).

Nota-se, que os Guias são de extrema importância ao professor, pois o mesmo ao se apropriar da função intelectual contido nesse guia, corroboram para com a escolha de uma obra didática que o auxiliará em sala de aula quanto de sua abordagem, bem como da apropriação das críticas e das novas tendências debatidas no meio social.

Quanto da menção desse debate, o multiculturalismo está presente nesse contexto, sobre a apreciação de uma História existente dentro e fora da escola, onde a memória além de recordar certos fatos, também produz artefatos como nunca antes, tal como a construção da afirmação identitária grupal. Nessa fase o professor torna-se o interlocutor de uma história composta de narrativas desconhecidas, sem deixar de lado a velha história, aquela repleta de documentos palpáveis. Já o Guia de 2017, em suas diretrizes insinua que:

De modo a estabelecer filtros em torno dos quais as coleções foram avaliadas. Na verdade, cada edital tenta dar conta de questões que vão sendo aprimoradas de um processo a outro, no interior de uma política pública que possui, por finalidade principal, aprimorar a qualidade do ensino público brasileiro. Ao fazê-lo, o Edital sinaliza a existência de preocupações que já vêm sendo construídas e adensadas há anos pelo campo que se dedica a pesquisar e a problematizar o Ensino de História no país e no mundo. Por essa razão, não é possível, jamais, pensar em editais fixos e imutáveis, que funcionem acima do tempo e acima da sociedade. (Guia do PNL 2017, p 11).

A condição reflexiva do professor diante da leitura do Guia ocorre mediante a uma especificação acadêmica que vai sendo proposta nas diversas áreas de conhecimento. Torna-se indispensável à compreensão de que cada edital representa uma adição de saberes quantitativos ao processo vindouro. Fato primordial que deve ser destacado são as questões voltadas à sociedade brasileira, que a certa temporalidade se distingue uma da outra, a exemplo disso temos:

A proposição de Leis 10.639 e a 11.645, é um exemplo significativo dessa realidade mutável. Surgido como oriundo da força de movimentos sociais amparados num debate do direito à memória e ao passado, o tratamento escolar das temáticas afro-brasileira e indígena insere-se num debate mais amplo, em torno da afirmação de direitos sociais, do reconhecimento de identidades silenciadas e homogeneizadas pela própria historiografia e da busca por uma Educação mais ampla para as relações étnico-raciais. (Guia do PNL 2017, p 16).

O GUIA (2008) ao abordar a temática africana e afro-brasileira, busca ressaltar que sobre essa temporalidade, não serão admitidos sobre hipótese alguma, obras que disseminem preconceito de qualquer vertente. Já o GUIA (2017, p 31) expressar que sobre as abordagens voltadas às comunidades primeira, existentes no território brasileiro, ainda existem certas fragilidades no conjunto das obras didáticas aprovadas. Nesse sentido, nota-se a busca do rigor avaliativo dos Guias ao consolidar como aptas, obras didáticas que valorizassem a educação étnico-racial, ausente de qualquer tipo de silenciamento histórico dessas comunidades, onde:

O Ensino de História numa perspectiva contemporânea norteia-se por pressupostos éticos, estéticos e culturais comprometidos com a formação de estudantes para a vivência social marcada pela partilha, pela participação, pelo respeito à diferença e pela responsabilidade para com as gerações futuras. (Guia do PNL 2017).

Quanto a especificidades de cada obra, observa-se certa articulação quanto ao compromisso com a formação cidadã. No Projeto Araribá, nota-se a busca por abordagens que sensibilizem no aluno a observância da ocorrência da exploração infantil, da escravidão, das questões voltadas à comunidade indígena, do valor das mesquitas para os povos muçulmanos, o papel dos mitos e lendas no universo simbólico de várias sociedades.

As coleções [...] incorporam importantes elementos da renovação historiográfica a partir da ênfase dada à história do cotidiano, da cultura, da identidade cultural e memória e do tratamento às fontes, principalmente as iconográficas, além da utilização de bibliografia atualizada. (Guia do PNL 2008, p 47).

5 O MANUAL DO PROFESSOR

O manual do professor é uma peça importante no esclarecimento das propostas do livro didático. Devendo conter orientações que explicitem os pressupostos teóricos, procurando a coerência entre estes pressupostos e a apresentação dos conteúdos no livro do aluno, e as atividades propostas. O manual do professor deve ser elaborado com a participação do autor do livro. Deve estar clara a opção teórica e metodológica do autor, fornecer bibliografia diversificada e outros recursos que contribuam para a formação do professor, e, ainda, trazer orientação visando à articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas de conhecimento. Deve ainda apresentar potencialidades do livro didático, variedade de caminhos que podem ser seguidos a partir dos recursos apresentados no livro e trazer informações complementares às legendas das imagens constantes no livro, incentivando o professor a iniciar seus trabalhos – como mais uma opção – pelo debate destas. Além disso, é desejável que o manual estimule o professor a compreender a leitura docente como parte constitutiva das suas condições de trabalho e que seu local de atuação (cidade, bairro, sítio) deve e pode ser utilizado como fonte de recursos e materiais didáticos por meio dos seus museus, arquivos, praças, meio-ambiente, e toda a cultura material aí envolvida (jornais, roupas, objetos etc.). Deve conter proposta e discussão sobre avaliação da aprendizagem e sugestões de atividades e de leituras para os alunos. (Edital do PNL 2008, p. 47 e 48).

O Manual do Professor (MP) não é apenas um currículo, ele propaga importante discurso a cerca da didática de ensino, orientando o docente a trabalhar certas temáticas regidas por lei, via abordagem cultural. Aos dias atuais, além de ser referência para o ensino, contribui para a formação continuada do docente.

Circe Maria Fernandes Bittencourt (2008) configura o manual produzido pelas Editoras como um produto de comercialização, sendo o de maior comercialização aquele que se sobrepõem aos demais. As editoras buscam “enfeitiçar” seus consumidores, ao inferirem que suas obras são novas, repletas de anexos e abordagens que contextualizam com as atividades curriculares atuais.

“Quem elabora manuais escolares almeja sua eficiência como transmissor de determinado conhecimento e para isso recorre a uma linguagem que seja não só acessível a um público pouco heterogêneo e de fácil assimilação, mas, ao mesmo tempo, capaz de sintetizar muitas informações. A operação de produção e apresentação do conhecimento realizada pelo livro didático é assim foco de crítica, porque resulta em um texto impositivo que impede uma reflexão de caráter compensatório” (BITTENCOURT, 2008, p. 314).

Já para os autores que assinam e produzem essas obras, o material torna-se o difusor do discurso de sua pedagogia. Por via de regras os manuais são guias na formação e orientação das atividades educacionais em sala de aula, devendo ter coerência com as avaliações presentes no livro do aluno. Nesse sentido o docente ao escolher o manual, deve optar por uma abordagem que seja adequada a sua

prática pedagógica ou quando da política educacional vigente na unidade escolar em que atua.

Maria Raquel Apolinário¹² (2011, apud DA SILVA, Jeferson 2012, p.114) discursa que o projeto Araribá é:

Uma obra organizada, voltada à compreensão. Os textos são mais curtos, a linguagem é objetiva as páginas são organizadas, textual e visualmente. O objetivo da obra não é formar historiadores, mas alunos que gostem e compreendam os conteúdos de história, que saibam estabelecer variadas relações, elaborar hipóteses, sistematizar informações, formular opiniões e conclusões, além de contribuir para construir cidadãos críticos, tolerantes, atuantes e solidários. Fora o fato de ser uma obra que ajuda os alunos a aprenderem história, ela tem uma seção em particular que para mim foi a grande novidade do Araribá em relação aos concorrentes: as monografias Em foco. Elas abordam temas como futebol, trabalho infantil, a história do milho, direitos humanos, o cangaço e muitas outras temáticas que trazem a história para o presente e o cotidiano do aluno.

A trajetória da política voltada ao Livro didático configurou-se com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), pelo Decreto-Lei 93, de 21 de dezembro de 1937. Esse órgão do governo brasileiro ágil como responsável pela elaboração de uma enciclopédia e do dicionário da língua brasileira que retratasse a identidade e a memória nacional além de apoiar a implantação de bibliotecas públicas e do livro didático em todo o Brasil. O Decreto de nº 1.006/38¹³, promulgada no governo Vargas, cria a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Essa por sua vês de forma sutil, estabeleceu em seu primeiro momento o controle político e ideológico do saber do cidadão por meio de regras pautadas quanto da sua produção, conteúdo, comprar e utilização do “livro didático”.

Desde a implantação do atual sistema de avaliação das coleções didáticas produzido pelo MEC/FNDE em 1999, torna-se vedado que o Manual do Professor seja apenas um produto com exercícios resolvidos, para, além disso, o manual deverá:

“oferece orientação teórico-metodológica e de articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento; ofereça, também, discussão sobre a proposta de avaliação da aprendizagem, leituras e informações adicionais ao livro do aluno, bibliografia, bem como sugestões

¹² Maria Raquel Apolinário Melani e Bacharel e licenciada em História pela Universidade de São Paulo (USP), e por 12 anos foi professora da rede estadual e municipal de ensino.

¹³ BRASIL. Decreto nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 5 de jan. 1939. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 Mar. 2023.

de leitura que contribua para a formação e atualização do professor”. (Edital do PNL D 2008).

Márcio Abondanza Vitiello e Núria Hanglei Cacete (2021) ressaltam que o currículo escolar, surge mediante aos anseios da elite social. Ao sublinhar o fator econômico e cultural de características ideologia de poder, perpassada para dentro da sala de aula. Essa abordagem por se apresentar como uma versão escolar, não consegue abarcar toda temática de trabalho, configurando o material didático apenas como uma propaganda curricular de eventos selecionados.

De acordo com Circe Maria Fernandes Bittencourt (1993 apud VITIELLO; CACETE. 2021 p. 03), “diversos agentes atuam na produção e reprodução do discurso pedagógico, dentre essas o Estado, o professor, a família, a comunidade, os editores e os autores de livros didáticos, as universidades, entre outros”.

Márcio Abondanza Vitiello e Núria Hanglei Cacete (2021) aponta que não se deve cogitar o currículo como um programa, tão pouco como uma planilha com conteúdos predeterminados, custeados pela elite. Mas que a visão de currículo, deve-se ampliada quanto da busca por entender os possíveis agentes que corroboram quanto da implantação e elaboração de determinados recorte históricos, os quais em muitos casos são difundidos por meio do material didático. Fato majoritário se deve a tenacidade dos docentes aos livros didáticos, os quais em sua maioria tem o livro didático como único material de consulta. Mas não sendo possível generalizar todos os profissionais da educação, uma vez que se deva busca compreender que docentes e discentes, mesmo sobre um viés ofuscado, também concebem cultural na escola, assim sendo:

O livro didático, manual ou compêndio escolar, é um objeto de estudo complexo que reúne vários elementos para a sua análise. Constitui-se em uma obra pedagógica que reflete os conhecimentos científicos e características culturais de uma dada sociedade em determinado período histórico e espaço geográfico. Além disso, acompanha os processos técnicos e mercadológicos da produção editorial, sendo uma das vertentes curriculares no ambiente escolar. (VITIELLO; CACETE. 2021 p. 06).

6 PROJETO ARARIBÁ

No tocante de uma História Integrada, o Projeto Araribá trabalha a narrativa do Brasil, da África, das Américas, da Ásia e da Europa sobre uma pauta geral, onde o passado se apresenta de forma global na coleção, respeitando a cronologia do período histórico. Sua temática discorre sobre o espaço público e privado, da cultura material ou imaterial do cotidiano de uma história Identitária, cultural e da memória. Versar sobre a esfera política, econômica e institucional, além de ressaltar no processo de escolha, sua temática de trabalho a qual é focada na leitura de textos.

O Manual possui um conjunto significativo de textos, que possibilitam desenvolver no alunado a compreensão de polemias, presentes no cotidiano social brasileiro, assim como de pontos específicos de outras sociedades. O mesmo conserva um glossário com palavras consideradas de difícil compreensão na página da ocorrência. O manual garante autonomia ao professor quanto da utilização de filme, músicas e obras de arte em sala de aula, na preposição de abordagens de temas como à fome, a exploração do trabalho infantil, o trabalho escravo, à questão indígena, o valor das mesquitas para os muçulmanos, o papel dos mitos e das lendas no universo simbólico de várias sociedades. Sua estrutura divide-se da seguinte forma:

Apresentação Geral, Referências Bibliográficas e Estrutura do Guia, comum a todos os volumes e, na parte diferenciada para cada volume, apresentam-se as Orientações específicas para cada ano, organizadas em Mapa de Conteúdos, que traz o esquema da unidade, o tema e sua relevância, os objetivos da unidade, o desenvolvimento didático, as leituras complementares, as sugestões de atividades extras e as sugestões de leituras, filmes e sites; Respostas das Sugestões de Atividades e Respostas e Comentários das Atividades do Livro do Aluno. (Guia do PNLD 2017, p.58).

O Projeto Araribá – História, fora alvo dessa pesquisa mediante constatação de que em sua primeira apresentação avaliativa ao PNLD, esse se consagrou como o de maior aceitação pelos profissionais da educação. Segundo Jeferson Rodrigo da Silva (2012b) o projeto passa de “Anônimo a Best-Seller” em virtude de seu contexto educacional. Onde o material além de ser produzido para diversas disciplinas, buscou enfatizar como estratégia de venda o desenvolvimento cognitivo da leitura, vinculada a uma complexa relação entre ensino de qualidade e interesse comercial.

A pesquisa deu-se mediante análise de 04 (Quatro) Livros Didáticos do 7º ano (Manual do Professor) voltado aos anos finais do ensino fundamental, disciplina de

História, os quais em sua totalidade representam 12 (Doze) anos de conteúdos ministrados dentro de sala de aula. Tendo como 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Manual¹⁴ intitulado “Projeto Araribá História”, da editora MODERNA¹⁵. Quem assina pela obra e a autora Maria Raquel Apolinário, as obras em questão foram aprovadas no PNLD de seus respectivos anos que vão de 2008 a 2017.

Ao mencionarmos o material didático entregue as unidades escolares de todo território nacional, temos que ter em mente que esse conteúdo didático, fora obtido por meio de certa cronologia linear. Ao se buscar mencionar o conteúdo presente nesses manuais, observou-se que esse, vem se modificando ao longo dos anos e que hoje podemos cita-lo como um currículo¹⁶ a ser utilizado e didatizado em sala de aula.

Essa coleção de livro será tratada como um único Arquivo Serial de fontes,¹⁷ quanto da investigação sobre a abordagem multicultural, presumisse que esses Manuais foram escolhidos pelas unidades escolares de todo território nacional, conforme resolução CD/FNDE nº 42, de 28 de agosto de 2012, materiais esses que supostamente foram empregados pelos docentes em sala de aula.

¹⁴ PNLD 2017: Projeto Araribá 4ª Edição, Livro de História 7º ano - Manual do Professor, Editora Moderna; PNLD 2014: Projeto Araribá 3ª Edição, Livro de História 7º ano - Manual do Professor, Editora Moderna; PNLD 2011: Projeto Araribá 2ª Edição, Livro de História 7º ano - Manual do Professor, Editora Moderna; PNLD 2008: Projeto Araribá 1ª Edição, Livro de História 7º ano - Manual do Professor, Editora Moderna.

¹⁵ A EDITORA MODERNA LTDA é brasileira, possuindo sede em São Paulo. A editora participa de editais públicos quanto da confecção de livros didáticos, de materiais de apoio e de livros literários desde 1968. Hoje se encontra entre as líderes do mercado editorial brasileiro. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/>. Acesso em: 02 Mar. 2024.

¹⁶ Segundo a definição de Oxford Languages, CURRÍCULO: Substantivo masculino; 1 – BRASIL, Programa total ou parcial de um curso ou de matéria a ser examinada; 2 – Ato de correr, corrida, curso. Em nossa tese o termo será utilizado quanto da escolha de um seletor viés Histórico a sem empregado a população, enquanto em sala de aula, por meio dos materiais didáticos. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 25 Abr. 2023.

¹⁷ ARQUIVO SERIAL DE FONTES: São fontes documentais que partilham de temáticas semelhantes mais com certas características distintas as quais podemos citar: sua cronologia, os tipos de documentação, sua temática, sua localidade e que na medida, seja aquilo que busca quanto à resolução da questão que lhe aflige. François Furet, em *Atelier do Historiador* (1982), define a História Serial em termos da constituição do foto histórico em séries homogêneas e comparáveis; O site: Historia.blogspot “História Serial e História Quantitativa” descrevem que “serializar” o fato histórico, para medi-lo em sua repetição e variação através de um período que muitas vezes é o da longa duração, permitindo uma sensível ampliação de alternativas em termos de recortes historiográfico. Para saber mais sobre os tipos de fontes lei. História Serial e fontes intensivas – BARROS, José d’Assunção. Capítulos 12 e 13 Segunda revolução documental – diversidade de séries & Das fontes intensivas às novas subjetividade. In *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019, p. 62-84.

A escola Municipal Ana Pontes Francez¹⁸, por meio de sua biblioteca, nos disponibilizou como forma de doação os livros didáticos analisados nessa pesquisa, mediante esses exemplares já terem sido substituídos por novas atualizações conforme determinação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD Decreto nº 9.099¹⁹, de 18 de julho de 2017, a qual avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas.

O fato determinante há ser observado nesse momento é como o Manual orienta teoricamente a questão dos preceitos multiculturais?

Por meio de nossa análise, nota-se que em alguns manuais mesmo fazendo-se cumprir o processo normativo exigido pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático a respeito da temática Multicultural, esse a certo ponto ainda é sutil, dificultando a efetividade do professor, quanto à forma de repassar as informações contidas no material impressos. Nesse sentido buscou-se analisar o Manual do Professor, o qual, quando bem empregado torna-se um facilitador “Ferramenta” no desenvolvimento de ideias que o professor possa ter. No geral o manual de 2008 a 2017 fragmenta-se em: orientações, conceitos, temas, processos históricos, sugestões de atividades, indicações de textos complementares e referências de livros, voltadas unicamente para o docente. O mesmo teoricamente proporcionar ao professor, métodos, “caminhos” distintos quanto a um ensino de caráter crítico e não volátil na mente dos discentes.

O trabalho docente somente é frutífero quando o ensino dos conhecimentos e dos métodos de adquirir e aplicar conhecimentos se convertem em conhecimento, habilidades, capacidades e atitudes do aluno. O objetivo da

¹⁸ A Escola Municipal e Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ana Pontes Francez, código INEP ensino Médio 15551415 e código INEP ensino Fundamental 15115640, situada no bairro Jardim Marilucy, rua Betel S/N, CEP 68459-490 e E-mail Emefanapontesfrancez@gmail.com, atua a partir do ensino fundamental II, localizada na zona urbana do município de Tucuruí no estado do Pará. Criada pela Lei nº 453/8, de 21 de maio de 1986, recebendo esse nome em homenagem a esposa do ex-prefeito do município, Alexandre José Francez; a unidade escola atuava entre os anos de 1986 a 1997 apenas com o ensino fundamental e já no ano de 1998, a instituição implementar em suas dependências o ensino Médio.


¹⁹ BRASIL. Decreto nº 9.099, de 18 de Julho de 2017. Disposições Gerais. Art. 1º Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, executado no âmbito do Ministério da Educação, será destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

escola e do professor é formar pessoas inteligentes, aptas para desenvolver ao máximo possível suas capacidades mentais, seja nas tarefas escolares, seja na vida prática através do estudo das matérias de ensino. (LIBÂNEO, 2006, p. 105).

7 O MANUAL DE 2008

O primeiro Manual Professor “Projeto Araribá - História” tendo como capa abaixo passou pelo “crivo” do Programa Nacional do Livro e do Material Didático de 2008, e está localizado cronologicamente após a promulgação da lei que marca o início da abordagem multicultural obrigatória nos materiais didáticos brasileiro, onde temos como primeira lei nº 10.639 de 2003 bem como sua atualização a Lei de nº 11.645 de 2008, atentando-se ao ano da edição do livro que e de 2006, 1ª edição. Essas Leis tornam obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, assim como a incorporação das Histórias e Culturas indígenas na educação básica, especialmente nas áreas de Educação Artística, Literária e de História.

Quadro 1 - Informações do livro didático de História, PNLD 2008 "Projeto Araribá", 1ª Edição.

Manual de 2008 - Projeto Araribá, 1ª Edição.		
Manual do Professor	Código da Coleção: nº 00075COL06	
	Quantidade de Manuais impressos da coleção	Não temos como mensura o quantitativo
	Autor (a)	Maria Raquel Apolinário Melani
	Editora	Moderna
	Edição	2006
	Nº Pág. Manual do Professor.	120
	Ano do PNLD	2008, 2009 e 2010
	Componente Curricular	História
	Público alvo	Anos Finais do Ensino Fundamental

Fonte: Manual de 2008, Projeto Araribá - História.

O quantitativo exato de Manuais do Professor, disciplina de História da editora MODERNA, PNLD 2008, não fora possível mensura, mediante a inexistência de dados mais precisos fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Coordenação-Geral dos Programas do Livro. O que se pode observar é uma tabela²⁰, com o quantitativo geral das tiragens do material didático no referido PNLD.

²⁰ Tabela com o quantitativo geral de livros do PNLD 2003 a 2010. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcgclcfndmkaj/https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Dados_Estatisticos/pnld_ensino_fundamental_dados_estatisticos_anteriores.pdf. Acesso em: 06 maio de 2023.

O Manual do Professor de História, PNLD 2008, apresenta formato diferente daquele que historicamente vinham sendo editado, devido a Lei nº 11.274²¹, de 06 de fevereiro de 2006, que ampliou o Ensino Fundamental para nove anos de duração, sendo essa coleção de História destinada aos anos finais do Ensino Fundamental (5ª à 8ª séries ou 6º ao 9º anos) agrupadas em quatro blocos onde cada bloco tem seu próprio manual do professor.

O Manual em questão consta de 120 páginas e divide-se em 02 (Dois) processos. Onde o primeiro processo conta com: Introdução, bibliografia e atividades, o qual corresponde a 42% ou 50 páginas. No segundo processo o manual se divide em 08 (Oito) Unidades, as quais constam de 58% ou 70 páginas desse Manual. Nossa investigação constatou-se que em apenas 03 (Três) unidades, sendo (05, 06 e 08), podemos observa a presença relacionado ao preceito multicultural, ou seja, de um total de 58 % que corresponde as 08 unidades, essas 03 unidades representam 23,2% ou 28 páginas representando as unidades que contemplam a abordagem multicultural e as 05 unidades restantes representam 34,8% ou 42 páginas.

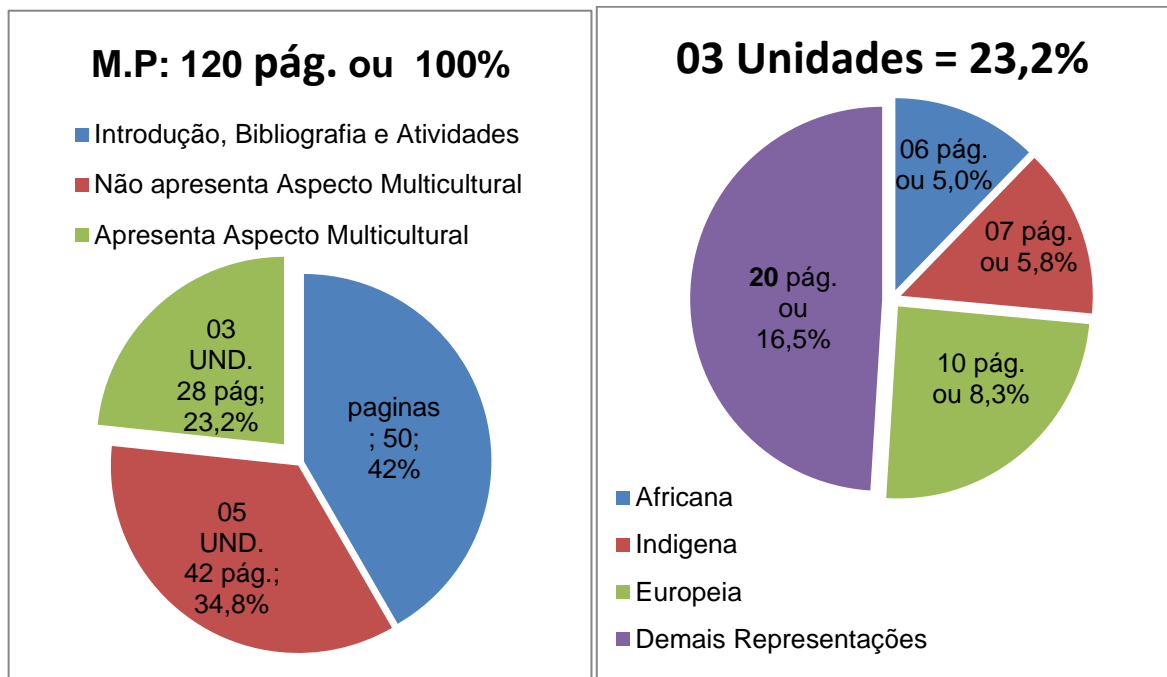
Abordagem essas encontradas nas seguintes propostas: “Leitura complementar” e “Temas para reflexão”, a autora ainda frisa a importância de o professor ser autônomo quanto a seu planejamento, buscando textos, imagens e atividades que trabalhem em consonância com sua prática pedagógica.

Já ao destrincharmos esses 23,2% ou essas 28 páginas que contem a presença do multiculturalismo por meio de imagens ou textual que exaltam as culturas das diferentes comunidades, foram encontradas a cultura de Matriz africana em 06 páginas ou 5,0%, Matriz indígena em 07 páginas ou 5,8%, cultura Europeia com 10 páginas ou 8,3% e demais representações²² com 20 páginas ou 16,5%, conforme gráfico abaixo:

²¹ Lei nº 11274 expressa a alteração da redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 09 (Nove) anos para o ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 06 (Seis) anos de idade. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/293/lei-n.-11.274> consultado em 15 mar. 2023.

²² DEMAIS REPRESENTAÇÕES, destacamos nessa investigação como textos diversos que não corresponde aos preceitos multiculturais, iconografia de paisagens, prédios, gráficos, tabelas, mapas, imagens em que não se consegue distinguir a etnia da ilustração (Sujeito) bem como objetos diversos: Animais, árvores, etc.

Gráfico 01 - Divisão percentual multicultural no Manual do Professor – PNLD: 2008, 2009, 2010. “Projeto Araribá, História 7º ano”, 1ª Edição.



Fonte - Gráfico relacionado ao aspecto da Multiculturalidade presente no Manual do Professor, livro Projeto Araribá – História, 7º ano PNLD 2008. Fonte: MELO, Robson Ferreira. (2023)

Observou que o Manual foi desenvolvido pretendendo proporcionar uma apreciação sobre os conteúdos contidos no livro didático do aluno sem, todavia reproduzir na íntegra todos os itens, assim permitindo ao professor identificar e abordar temas que melhor se adapta à sua realidade escolar.

O Manual do Professor deve ser considerado um instrumento pedagógico auxiliar da prática docente, sugerindo leituras e outros recursos para a atualização do professor, fornecendo informações adicionais ao Livro do Aluno, orientando a execução de atividades e objetivos propostos (como o trabalho com mapas, documentos, imagens, com conceitos e com o ensino de história dentre outros). É importante que tenha propostas e discussões sobre avaliação da aprendizagem e sugestões de atividades e de leituras para os alunos. (PNLD, p. 11, 2008).

A autora ao discutir os assuntos ao longo de sua abordagem via material didático, o faz por meio de unidades temáticas, possibilitando uma “visão” de fatos históricos, contados por meio de acontecimentos dispostos de forma linear e cronológicos. Quanto aos preceitos de multiculturalidade evidenciado no manual, busca-se projetar dois tópicos considerados de extrema importância, o primeiro refere-se ao subsídio teórico direcionado ao professor, quanto de sua orientação sobre o tema, já o segundo, buscou-se evidenciar as possibilidades de o professor trabalhar a temática em sala de aula.

7.1 Subsídios teóricos para o professor em 2008

Ao que se sabe, o multiculturalismo em seu primeiro momento não recebeu um termo técnico. A ação advinda do acúmulo de cultura e saberes em uma única localidade, fora entendido apenas como migração, fato esse, gerado por meio do fluxo de indivíduos de um território para outro, quanto do propósito de se estabelecerem em áreas propensas ao crescimento populacional, intelectual e econômico desses indivíduos. Em alguns casos essas culturas digladiam entre si e uma acaba por absolver a outra. Já no multiculturalismo, as culturas (crenças, mitos, hábito, saberes e etc...) não se anulam e sim, coexistem no mesmo espaço. Segundo Maria José Albuquerque Silva e Maria Rejane Lima Brandim (2007 apud FERREIRA, 2022, p. 01) o multiculturalismo refere-se ao estudo voltado para as diferentes culturas espalhadas nos lugares do mundo, objetivando a partir da aprendizagem a importância de cada cultura a fim de evitar conflitos sociais.

O manual em seu tópico: “Temas para reflexão” contido à unidade 05, página 55, busca abordar o assunto voltado a multiculturalidade por meio do material contido no box intitulado “Pluralidade Cultural”, a palavra PLURALIDADE ao buscarmos um sinônimo à essa palavra, conseguimos substituí-la por (Multiplicidade, numerosa, diversidade, abundante, etc...). Sendo assim ao se realizar uma aproximação quanto ao sentido das palavras, é lícito mencionar que ambas se equiparam. Logo o recorte do manual abaixo, busca orientar o docente quanto da abordagem relativa aos preceitos multiculturais.

Pluralidade cultural

O tema está presente na unidade de modo especial, uma vez que a categoria “América Latina” é central neste estudo. O professor pode trabalhar a questão abordando a diversidade cultural dos povos que compõem a chamada América Latina, como os elementos que revelam a identidade cultural desses países (ex-colônias, em desenvolvimento, pobres etc). (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2008, p. 55).

Ao mesmo tópico: “Temas para reflexão” já à unidade 06, página 63, encontra-se em box similar ao anterior, tema voltado à abordagem multicultural. Onde por meio de sua descrição, relata-se o processo de mistura racial (Europeu, Africano e Indígena) ocorrido no período colonial do Brasil, bem como cita os embates ocasionados ao país quanto da tentativa da Elite brasileira, da temporalidade, em criar uma identidade nacional pós-desvinculação de Portugal.

Pluralidade cultural

A sociedade brasileira é marcada pela mistura de diferentes povos e culturas, mas também pelo preconceito e pela discriminação racial. O período da independência é excelente para trabalhar essas questões, pois se trata do momento em que o país conquistou a autonomia, ao mesmo tempo que manteve no cativeiro boa parte de sua população, incentivando o preconceito. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2008, p. 63).

Em alusão a unidade 08, página 81, encontra-se em boxe, abordagem específica a respeito do que seria a teoria da construção da identidade nacional brasileira, fator esse determinante ao processo de inferiorização da comunidade negra e indígena da historicidade brasileira, pós existia o temor da elite brasileira em ser julgada pela comunidade europeia, quanto à origem de seu povo. Os europeus comungavam da ideia de que, povos inferiores seriam aqueles que não compactuavam com a teoria da científica Europeia, sendo os povos Africanos e Indígenas contrários a esse preceito.

Trabalho e preconceito

A política de incentivo à imigração expressava o projeto das elites de “branquear” o país, imprimindo-lhe uma aparência europeia. Esse processo será responsável, por exemplo, pela exclusão do negro e o acirramento do preconceito racial. Basta verificar as estatísticas sociais na atualidade para se ter certeza disso. Elas indicam, por exemplo, que as mulheres negras são preteridas nos processos de seleção quando concorrem com brancas, e, quando aceitas, ganham menos. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2008, p. 81).

Quanto a essa temática, o manual expressa que o professor deve mediar debates a cerca da visão da elite da temporalidade, ao propor o “Branqueamento” da população brasileira, via processo de migração europeia para o país. O fato se daria com o passar do século, onde as novas gerações de brasileiros seriam fruto do envolvimento amoroso entre migrantes, afro-brasileiros e indígenas, ocasionando no branqueamento ou mestiçagem da população. Infelizmente a teoria do branqueamento ainda esta presente no inconsciente da sociedade brasileira, tese comprovado por meio das oportunidades que os indivíduos com tonalidade clara, obtêm sobre os demais.

7.2 Abordagem direcionada a sala de aula em 2008

Essa abordagem Multicultural destaca-se pelo aspecto educacional, ao evidenciar é combate à discriminação e o preconceito sofrido pela população mais abastarda como: Migrantes, africanos, Indígenas, mulheres, homossexuais, etc... os quais são facilmente identificados por suas características bióticas, cultural, saberes,

etc... O meio social, representado pela sala de aula, em certas temáticas ainda exaltam a abordagem cultural da elite, já em contra ponto o multiculturalismo busca combater essa historicidade que em alguns casos inferioriza a cultura e o saber do outro. Segundo Livio Sansone (2007, p. 03).

“O fenômeno do multiculturalismo surgiu em final dos anos 1970 como projeto pedagógico, sobretudo para a escola e a universidade, mas também para o emprego público e a vida associativa. Esse surgimento se deu nos países com um estado social desenvolvido e uma escola pública que funciona em condição de quase monopólio, como forma de lidar com a diversidade cultural trazida, sobretudo, pelos filhos de imigrantes na escola, nos bairros e no mercado de trabalho”.

No Brasil, as insinuações contraria a hegemonia eurocêntrica, tem seu ápice à segunda metade do século XX. Onde diversos movimentos pertencentes às comunidades inferiorizadas lutaram por seus direito como cidadãos, bem como combateram esses estereótipos que subjugava essas comunidades.

Suas conquistas implicaram em ações/leis afirmativas no currículo e no espaço escolar, a fim de destacar os saberes pertencentes às comunidades tradicionais existentes no país, sendo que para isso, torna-se necessário que docentes recebam formações a respeito da referida abordagem, afim de não cometer gafe em sala de aula, para com os discentes pertencentes a essas comunidades.

No conjunto da análise do Manual, observou-se no tópico – “Leitura complementar” certa organização do conteúdo relevante à proposta quanto a um ensino de uma história cultural empoderadora, voltado não só à historicidade de alguns indivíduos pertencentes à elite europeia, bem como a indivíduos das comunidades tradicionais africanas e indígenas, proporcionando uma formação crítica e diversificada daquela eurocêntrica. Neste sentido, acredita-se que a coleção busca trabalhar a problemática nesse Manual, trazendo aos docentes, fontes históricas que possam instigar a curiosidade dos discentes a investigarem novos sujeitos “heróis” que foram subjugados da historicidade nacional e internacional.

No Manual, o primeiro tema que enfatiza o empoderamento cultural, apresenta-se sobre a observância do ritual da coroação do rei Luís XIV, ao descrever os costumes, quanto da coroação ocorrida ao ano de 1654. Um dos fatos marcante quanto a esse rito e a exuberância das vestimentas da figura do rei, assim como de seus significados. A espada nesse momento histórico representa a bravura,

a busca da paz e a continuidade do império; o cetro representa o poder real (poder absoluto) do rei; a coroa é tida como o sinal da graça de Deus, coroa essa, que deixa o rei mais próximo a Deus, perante os homens.

Figura 1 – Coroação do Rei Luís XIV.



Fonte: Ilustração retirada do livro didático "Projeto Araribá História", 2008, p. 22. Legenda, pintura de Hyacinth Rigaud, mostrando o rei com as roupas da coroação.

Ao destacar o empoderamento das ações realizadas pela comunidade africana, quanto da temática “Rebelião à Revolução do Haiti”. Maria Raquel Apolinário (2006a) destaca que essa se deu mediante ao contexto religioso, sendo o VODUN “Rito” cultuado pelos negros vindos da África. Esse rito, mais tarde, torna-se um opositor ao regime branco; Toussaint (Africano) alcançou a posição de feitos e sabia ler e escrever. Tornou-se oficial e na cidade de São Domingos, junto a seus compatriotas humilhou sucessivamente os espanhóis, ingleses e liquidou o grande exercito franceses de Napoleão. Ao final de muitas lutas, a América teve sua primeira nação negra.

Figura 2 - Toussaint-louverture, um dos lideres da revolução Haitiana.



Fonte: Ilustração retirada do livro didático "Projeto Araribá História", 2008, p. 57. Legenda, Toussaint-louverture, um dos lideres da revolução Haitiana e uma das figuras mais destacadas da luta anticolonial na América.

As páginas 64 e 65 do Manual fazem referência ao processo de independência do Peru como colônia Espanhola, onde conforme Maria Raquel Apolinário (2006b) descreve no manual, que o povo peruano sendo descendente dos Incas, povo indígena considerado altamente sofisticado, fundadores de civilizações complexas e densamente povoado. O texto intitulado “O Temor de um levante indígena”, tendo como protagonista José Condorcanqui Noguera, que apesar de sua origem mestiça, se intitula um inca, ou seja, um rei, adotando o nome Tupac Amaru, sendo esse incitador de várias rebeliões. A independência do Peru só foi formalizada após 1820. A figura abaixo expressa a resistência do povo peruano contra a dominação Espanhola.

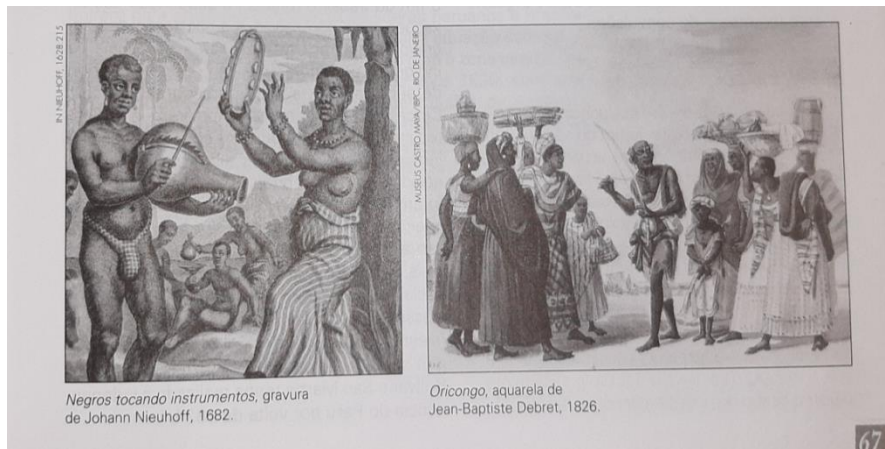
Figura 3 - Legenda Tupac Amaru, líder da rebelião indígena no Peru



Fonte: Ilustração retirada do livro didático "Projeto Araribá História 2008", pág. 65. Legenda Tupac Amaru, no centro, líder da rebelião indígena no Peru contra o domínio espanhol. Pintura de autor desconhecido.

As páginas 66 e 67 estão relacionadas ao processo da conjuração Baiana, onde ao ano de 1798, conforme Maria Raquel Apolinário (2006c), 60% da população de Salvador era de origem africana. O processo de revolta contraria a escravidão inicia-se por meio de diversos festejos que continham o “Batuque Negro”, festividade essa que exibia corpos negros dançantes, seminus e valorizados por adereços de ouro, bem como a fartura de bebida e comidas pagas pelos próprios africanos. Dessa forma, o batuque esteve envolvido no centro da resistência escrava, o qual agitou socialmente a Bahia ao longo de 30 anos.

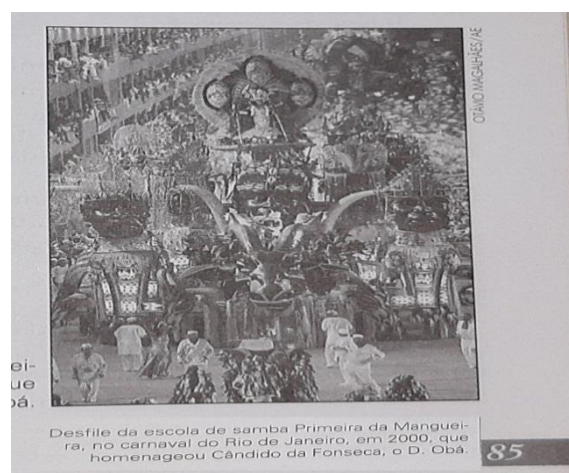
Figura 4 - Oricongo



Fonte: Ilustração retirada do livro didático "Projeto Araribá História 2008", pág 67. Legenda 01, negros tocando instrumentos, gravura de Johann Nieuhoff, 1682 e Legenda 02, Oricongo, aquarela de Jean-Baptiste Debret, 1826.

Já as páginas 84 e 85, Maria Raquel Apolinário (2006d) destaca a história de Cândido da Fonseca Galvão, filhos de escravos alforriados, onde na guerra do Paraguai (1864-1870) liderou 30 soldados. Ao regressa da guerra recebe a honraria de Feito Alferes; No Rio de Janeiro e intitulado de D.Obá II d'África (Obá significa Rei na língua ioruba). Conhecido por D.Pedro II, das muitas cerimônias oficiais e das audiências concedidas pelo imperador. No carnaval do rio de Janeiro de 2000, D.Obá foi homenageado pela escola de samba, Primeiro da Mangueira sendo intitulado "o príncipe do povo".

Figura 5 - Homenageou Cândido da Fonseca, o D.Obá



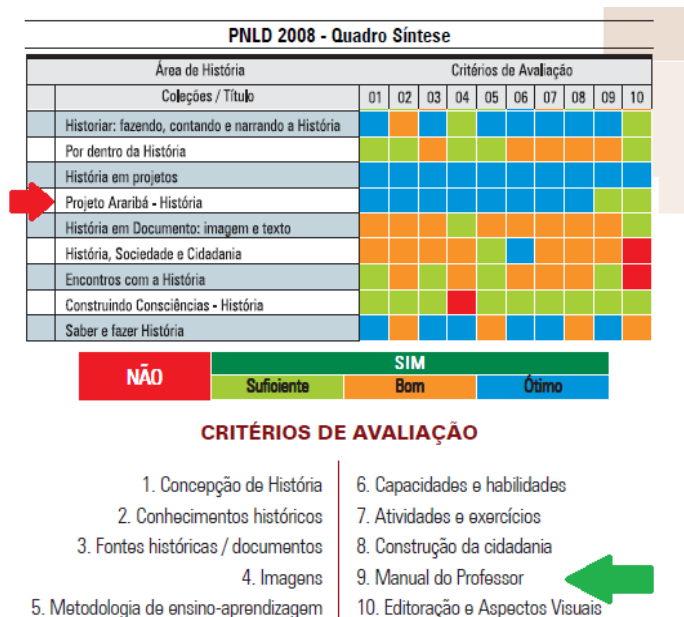
Fonte: Ilustração retirada do livro didático "Projeto Araribá História 2008", pág. 85. Legenda Desfile da escola de samba Primeira da Mangueira, no carnaval do Rio de Janeiro, em 2000, que homenageou Cândido da Fonseca, o D.Obá.

O Manual do Professor é bastante inferior ao realizarmos uma comparação desse com o livro do aluno, sendo suas imagens monocromáticas, mas com a exceção de ser bem legendado. Ao que se pode observar é um instrumento eficaz nas vezes que buscou retratar a perspectiva multicultural, fazendo-se pensar em uma abordagem diferente da Eurocêntrica, de predominância voltada ao olhar do conquistador. Apesar de ser uma obra lançada antes da lei de 2008, traz discussões sobre o preconceito social (Classes minoritárias), e da valorização da questão indígena, abordando a temática cultural do outro como cidadão.

7.3 Avaliação do guia 2008

Nesta perspectiva o Livro Didático bem como o Manual do Professor, foram analisados seguindo as regras exigidas no PNLD 2008, sendo esses avaliados por profissionais da área educacional, os quais poderiam considerá-lo como: *Ótimo, Bom ou Suficiente*, à medida que o material didático atingir-se o que estivesse estabelecido nas regras do PNLD, ou *Não*, quando não atendessem o mínimo necessário para se considerar apto. O Manual do Professor em questão foi considerado “SUFICIENTE”, por abranger apenas em parte ou de uma forma mínima o que fora exigido.


Figura 6 - Quadro Síntese de avaliação de algumas coleções analisadas no PNLD 2008



Fonte: Guia do PNLD 2008, p. 17.

8 O MANUAL DE 2011

Quadro 2 - Informações do livro didático de História, PNLD 2011 "Projeto Araribá", 2ª Edição.

Manual de 2011- Projeto Araribá, 2ª Edição.		
Manual do Professor	Código da Coleção: nº 24981CO25	
	Quantidade de Manuais impressos da coleção	18901
	Autor (a)	Maria Raquel Apolinário Melani
	Editora	Moderna
	Edição	2007
	Nº Pág. Manual do Professor.	136
	Ano do PNLD	2011, 2012 e 2013
	Componente Curricular	História
	Público alvo	Anos Finais do Ensino Fundamental

Fonte - Manual de 2011, Projeto Araribá – História.

O segundo Manual didático tendo como iconografia acima é do PNLD de 2011. A obra em questão a ser abordada é o Manual do professor do 7º ano, anos finais do ensino fundamental, 2ª edição, publicada em 2007. A qual se encontra cronologicamente impressa após a promulgação da primeira lei nº 10.639 de 2003 e antes da atualização da Lei de nº 11.645 de 2008.

Conforme dados fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Coordenação-Geral dos Programas do Livro, destaca-se que foram impressos exatos 18901²³ (Dezoito Mil Novecentas e Uma) unidades do Manual do Professor, disciplina de História da editora MODERNA, PNLD 2011, sendo esses distribuídos nas unidades escolares que optaram pela referida coleção a ser didatizada em sala de aula.

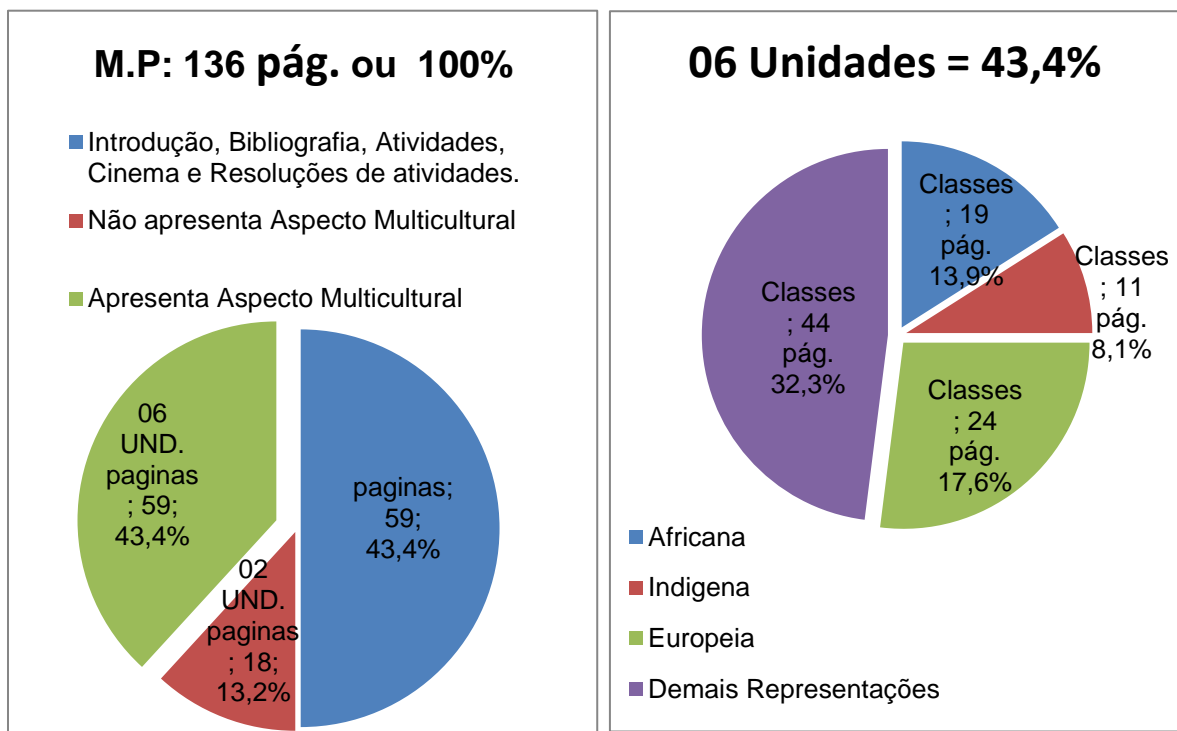
Nota-se que no 2º Manual é possível observar um aumento extraordinário referente à abordagem voltada ao multiculturalismo, esse Manual consta de 136 páginas e apresenta-se aos mesmos moldes do manual anterior, sendo dividido em 02 (Dois) processos. O primeiro processo conta com: Introdução, bibliografia,

²³ Tabela com o quantitativo de Livro do Aluno e Manual do Professor, PNLD 2011, Editora Moderna LTDA. Encontra-se à página 27 dessa tabela, assim como os valores negociados por título – PNLD ensino fundamental, Projeto Araribá – História 7º ano. Para consultar a tabela na íntegra, Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www.fn.de.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Dados_Estatisticos/2011/pnld2011_valores_aquisicao_titulo_ensino_fundamental.pdf. Acesso em: 06 maio 2023.

cinema, atividades e resoluções de atividades, o qual corresponde a 43,4% ou 59 páginas. No segundo processo o manual se divide em 08 (Oito) Unidades, a qual consta de 56,7% ou 77 páginas. Constatou-se que agora 06 (Seis) unidades, sendo essas (02, 04, 05, 06, 07 e 08), ou seja, 43,4% ou 59 páginas, representam as unidades que contemplam a abordagem multicultural e que em apenas 02 (Duas) unidades 13,3% ou 18 páginas não contemplam a questão.

Já ao destrincharmos esses 43,4% ou 59 páginas, foram encontradas referências à cultura de Matriz africana em 19 páginas ou 13,9%, Matriz indígena em 11 páginas ou 8,1%, cultura europeia em 24 páginas ou 17,6% e demais representações com 44 páginas ou 32,3%, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Divisão percentual multicultural no Manual do Professor – PNLD: 2011, 2012, 2013. “Projeto Araribá, História 7º ano”, 2ª Edição.



Fonte - Gráfico relacionado ao aspecto da Multiculturalidade presente no Manual do Professor, livro Projeto Araribá – História, 7º ano PNLD 2011. Fonte: MELO, Robson Ferreira. (2023)

Nesse Manual de 2011, Os pontos que fazem referência ao preceito multicultural foram encontrados nos seguintes tópicos: Tema para reflexão e Leitura Complementar, tópicos esses presentes no corpo central do manual, onde o fator a ser observado refere-se aos conteúdos dos boxes que de forma discreta, busca

informar o docente a respeito de assuntos da atualidade existente na obra, bem como de leis que entram em vigor no campo educacional.

8.1 Subsídios teóricos para o professor em 2011

O Manual do Professor/Autora ao se posicionar a respeito da questão multicultural, expressa que Portugal e Espanha, foram em grande parte as responsáveis pela ocorrência do preceito multicultural existente no Brasil. O fato se dar mediante a afirmativa que se encontra no tópico “Pluralidade cultural”, onde é resgatado o mito da mulher MOURA, a qual esta sempre há pentear seus cabelos, após o banho, seduzia os aventureiros.

Pluralidade cultural

Quando se pensa nas matrizes culturais da formação social brasileira não é comum fazer-se referência à cultura muçulmana. Contudo, o processo de centralização política na Península Ibérica (Portugal e Espanha) está diretamente associado à expulsão dos mouros daquele território, o que não foi feito sem que trocas culturais se realizassem, marcando ambas as culturas, a cristã e a moura. Essas marcas chegaram ao Brasil por força da colonização e a escravidão. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2011, p. 43).

Maria Raquel Apolinário (2007a) menciona que na unidade 08 do manual, tendo como boxe presente á página 91, expressa as singularidades entre a colonização (Portuguesa e Espanhola x Holandesa) há qual não ocorre aos mesmos moldes de uma para com a outra. O fator primordial, que se pode mencionado, deve-se ao preceito religioso do Holandês, o qual condenava o envolvimento entre raças. Assim possibilitando que o docente repasse a seus discentes, que o fator cultural que uma população segue, pode possibilitar ou negar alguns atos. Fato que para uma cultura era considerado normal ou corriqueiro, para outra pode ser errôneo. Nesse sentido destaca-se:

Pluralidade cultural

O estudo da presença holandesa no Brasil na primeira metade do século XVII proporciona uma interessante discussão sobre as diferenças culturais entre os europeus daquela época. Enquanto o catolicismo marcava profundamente a mentalidade dos portugueses, os holandeses eram seguidores do calvinismo. Por outro lado, enquanto os portugueses se relacionavam com índias e negras, os holandeses proibiam os casamentos inter-raciais. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2011, p. 91).

Ao ser abordado o contexto de certo ou errado, observa-se a esse mesmo tópico, “Tema para Reflexão”, a cultura expressa pela comunidade indígena, quanto do encerramento de um conflito (guerra), esses cometiam a antropofagia dos guerreiros que a comunidade ou o indivíduo haviam conquistados como reféns.

Maria Raquel Apolinário (2007b) exprime que para os povos indígenas do período colonial, essa ação era considerada como um rito de glorificação para os indivíduos considerados dignos de prestígio, sendo que a comunidade comungava da “crença” de que ao realizar a ingestão da carne desse guerreiro, seus dons, sua força, sua bravura, etc... seriam repassadas para quem a consumia. Hoje para época atual, esses ritos são considerados errôneos e propensos ao rigor da lei, mas para época e cultura em vigor a antropofagia era considerada natural. Contexto esse que o docente deve expor para os discentes sobre o intuito de informar e não de julgar.

Pluralidade cultural

Tendo como eixo central a ideia de diversidade cultural, tanto entre os povos da América quanto entre eles e os europeus. Tal ideia pode ser motivo de reflexão sobre a realidade contemporânea destacando, de um lado, a diversidade entre americanos e europeus, e das sociedades americanas entre si; de outro, a existência de inúmeras comunidades tradicionais em nosso continente. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2011, p. 63).

No boxe, presente a unidade 04, tendo como página 53, Maria Raquel Apolinário (2007c) aborda o contexto da diversidade religiosa. Sobre uma visão quanto de aspecto geral, podendo descrever que a comunidade brasileira hoje é composta por inúmeras matrizes religiosas ou com preceitos filosóficos. Mas essa expressão religiosa, nem sempre é possível, muito devido à intolerância de uma cultura religiosa para com a outra. Advindo das características multiculturais, toda comunidade tem e deve realizar orações, cultos, trabalhos, etc.. ou não, quando esse indivíduo ou grupo identifica-se como Ateus. A prerrogativa imposta é para que essa ação, não venha a prejudicar ou interfira no bem-estar do próximo. O fato determinante a ser explicado em sala, é que grande parte das religiões existentes no Brasil, foram importadas para esse território por meio da colonização ou da questão migratória.

Pluralidade cultural

A diversidade de opção religiosa, que, muitas vezes, como na época da Reforma Protestante, pode vir acompanhada da intolerância. O tema permite discutir conflitos políticos atuais que também se expressam na intolerância religiosa, como as disputas entre Judeus e Palestinos, no Oriente Médio, ou entre Hindus e Muçulmanos, na região da Caxemira. A discussão em torno desse tema permite clarear como a intolerância cultural e religiosa é danosa para a convivência democrática. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2011, p. 53).

Maria Raquel Apolinário (2007d) destaca que sobre a abordagem voltada a “Pluralidade Cultural” exposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s, o

docente quanto da realização de sua aula, ao aborda a formação histórica do Brasil, não deve ressaltar apenas a história do colonizador o “vencedor”, mas também as narrativas dos ditos “derrotados”, levando os discentes a perceberem que a cultura brasileira e composta por inúmeras manifestações culturais.

Pluralidade cultural

Os temas estudados nesta unidade permitem que o professor aprofunde a temática da pluralidade cultural, principalmente no que se refere à formação multicultural da sociedade brasileira e à tolerância às manifestações dos diversos grupos culturais. “A temática da pluralidade cultural [...] propõe uma concepção da sociedade brasileira que busca explicitar a diversidade étnica e cultural que a compõe, compreender suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas, e apontar transformações necessárias. [...] Pluralidade cultural quer dizer a afirmação de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todo se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano. [...] Oferece, também, elementos para a compreensão de que respeitar e valorizar as diferentes étnicas e culturais não significa aderir as valores do outro, mas, sim, respeitá-los como expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano, por sua dignidade intrínseca, sem qualquer discriminação.” (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2011, p. 91).

Já no boxe apresentado a unidade 07, tendo como página 80, Maria Raquel Apolinário (2007e) busca enfatizar a pratica relacionado ao comercio, onde é expresso que em certas culturas o hábito da venda de produtos pode-se considerado como algo prazeroso, por haver certo acordo compatível quanto ao valor da mercadoria, entre quem compra e quem vende. Enquanto que em outras culturas o conceito associado ao contexto da venda e puramente capitalista, sendo o valor definido pela oferta e procura.

Pluralidade cultural

O comércio sempre foi uma atividade muito importante em todo o Oriente. No entanto, seu significado para um mercador árabe, por exemplo, era diferente daquele dado por um mercador português, ainda que o objetivo de ambos fosse o lucro. Para os árabes, além do lucro, há o prazer de atender, de negociar o preço, pois isso implica um acerto em que ambos concordam com o valor de determinado bem. O preço fixo, estipulado sem a participação do comprador, não fazia parte da cultura árabe. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2011, p. 80).

Já ao boxe apresentado a unidade 08, tendo como página 91, Maria Raquel Apolinário (2007f) aborda as diferenças existentes entre uma comunidade e outra. Ao contrario do que se possa imaginar, as comunidades: Europeia, África e Indígena não são singular, mais plural. Ao citar a comunidade europeia, não se deve entender como apenas um país, mas inúmeros; Ao se tratar das comunidades Africanas, o discente deve compreender que nesse continente existem inúmeras nações bem como inúmeros povos e cultura, assim como nas comunidades indígena onde essas

não são constituídas apenas por uma única comunidade, mas por várias e cada qual expressa culturas, danças, ritos, pajelança, diferentes ou similares umas as outras, mas não idênticas.

Pluralidade cultural

É importante os alunos perceberem que, assim como as sociedades indígenas, os povos africanos pertencem a vários grupos étnicos, com traços culturais muito diferentes. Uma boa maneira de se observar isso é por meio da religião. Do ponto de vista físico eles também apresentam traços bastante variados. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2011, p. 91).

8.2 Abordagem direcionada a sala de aula em 2011

O manual em questão faz menção aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), os quais norteia o docente quanto ao seu planejamento a ser aplicado nas unidades escolares, bem como “abre” brechas para discussão de vários assuntos considerados “problemáticos”. No PCN de 1998, voltado ao ensino fundamental 2 (EF2) (5^a, 6^a, 7^a e 8^a séries; atualmente 6^a, 7^a, 8^a e 9^a), trazem como temas transversais à ética, a saúde, o meio ambiente, a pluralidade cultural e Trabalho e Consumo é a orientação sexual. (Brasil, 1998).

Os recortes do Manual que será apresentado abaixo estão localizados a unidade 02, páginas 31 e 32. Onde Maria Raquel Apolinário (2007g) busca retratar a prática de uma visão não estereotipada da cultura de comunidade africana, sendo essa trabalhada para além da colonização. O PCN busca por intermédio do currículo da credibilidade a essa abordagem, por intermédio do tema transversal “Pluralidade Cultural” assim como dá reformulação dos estereótipos que se tem quanto da cultura de matriz Africana e Indígena, a qual fora ao longo do tempo abordada sobre um viés preconceituoso, distorcido e de subserviência ao Europeu.

A história da África não se reduz à escravidão

O PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) sobre a necessidade de estudar o continente africano para além do âmbito do colonialismo europeu. “O estudo histórico do continente africano compreende enorme complexidade de temas do período pré-colonial, como arqueologia; grupos humanos; civilizações antigas do Sudão, do sul e do norte da África; o Egito como processo de civilização africana a partir das migrações internas. Essa complexidade milenar é de extrema relevância como fator de informação e de formação voltada para a valorização dos descendentes daqueles povos. Significa resgatar a história mais ampla, na qual os processos de mercantilização da escravidão foram um momento que não pode ser amplificado a ponto que se perca a rica construção histórica da África”. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2011, p. 32).

No recorte do boxe existente à unidade 02, tendo como página 36, Maria Raquel Apolinário (2007h) relata que a matriz africana esta ligada ao sobrenatural é não ao saber científico. Observou-se ainda que, por mas que a temática do material didático incluia em seu contexto historio a abordagem de matrizes africanas e indígenas, todos os relatos e fatos destacados nessa temática, estariam embasados sob uma perspectiva Europeia. Fato que se consolida ao destacarmos o textual “Numa sociedade como a nossa, na qual quase tudo e explicado pela ciência”, nota-se que nesse momento, o assunto não foram pensado para ser aplicado em uma comunidade de características quilombola ou tradicional, observa-se ainda que o texto incluir todos os docentes que utilizam esse material, como pertencente ao preceito científico Europeu. Mas como ressalva, a essa mesma unidade, buscou-se destacar o aspecto voltado ao sobrenatural da sociedade africana, ao mencionar que:

“O mundo sobrenatural é o das religiões, da magia, ao qual os homens só têm acesso parcial, por meio de determinados ritos e cerimônias. Ele é mais ou menos importante, dependendo da sociedade. Numa sociedade como a nossa, na qual quase tudo é explicado pela ciência e pelo pensamento lógico e racional, o espaço do sobrenatural é bastante limitado. Já nas sociedades africanas, onde foram capturados os escravos trazidos para o Brasil, toda a vida na terra estava ligado ao além, a dimensões que só especialistas, ritos e objetos sacralizados podiam atingir. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2011, p. 36).

Quanto da questão religiosa o multiculturalismo exigem respeito ao culto, assim como esclarece que respeitar a cultura do outro, não significa fazer parte dessa cultura, mas que preconceito e discriminação não devem acontecer.

Outro aspecto importante é discutir com os alunos a forte presença africana na cultura brasileira e, em contrapartida, a assimilação de costumes brasileiros por povos da costa atlântica do continente africano. Reconhecer que a África está dentro de nós é parte indissolúvel da nossa cultura é uma tarefa importante para superar o preconceito, que é a base de muitas diferenças sociais, econômicas e educacionais entre brancos e negros no Brasil. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2011, p. 33).

Observa-se que nesse Manual do PNL D de 2011, são abordados tanto no boxe “Tema para reflexão” como no corpo do texto “Leitura Complementar”, assuntos relacionados ao preceito voltado a multiculturalidade, bem como a busca pelo empoderamento desses indivíduos, que há certo momento da historicidade brasileira foram mascarados, com intuito de ocultar a historia cultural existente no país.

O recorte do Manual a seguir, expressa como os preceitos multiculturais se impuseram ao currículo escolar, onde por meio da Lei 10.639 de 2003, seu aditivo Lei 11.654 de 2008 e a Lei 12.711 de 2012²⁴, salienta-se a importância da história do continente Africano, assim como da historicidade das comunidades tradicionais existente no território nacional. Maria Raquel Apolinário (2007i) expressa que o manual busca conscientizar o docente quanto da realização de uma abordagem multicultural em sala de aula.

A importância da história das culturas afro-brasileira e indígena.
Em 10 de março de 2008, foi sancionada a lei número 11.654, que modifica e amplia a lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003, tornando obrigatório o ensino de história e das culturas afro-brasileira e indígena nas escolas. “Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. §1º e §2º. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2011, p. 31).

Após décadas de reivindicações, os movimentos populares negros conseguem junto a câmara dos deputados, projeto designado como “Cotas” que possibilitou que negros, afro-descendentes, grupos indígenas e PcD (Pessoas com deficiência física) adentrassem em um curso superior, ofertado por meio das universidades públicas: Federais ou Estadual de todo país. O fato se deu por intermédio da reserva de 50% das vagas de qualquer curso superior ou técnico ofertado por essas instituições, mediante ao que foi exposto pela câmara como uma tentativa de reparação nacional ao fator escravocrata, bem como uma busca pela equiparação do fator econômica entre brancos e negros (BRASIL, 2012).

Debate- Cotas em universidades públicas
Em 20 de novembro de 2008, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que reserva 50% das vagas das universidades federais para alunos que estudaram todo o ensino médio em escolas públicas. O projeto de lei também inclui as escolas técnicas de ensino médio para alunos que cursaram todo o ensino fundamental na rede pública. Desses 50%, a metade das vagas deve ser destinada aos candidatos autodeclarados brancos, pretos, pardos e indígenas, seguindo a proporção dessas etnias de acordo com o censo do IBGE em cada estado. Para a outra metade das vagas, segue a mesma política de cotas, mas o aluno também deve pertencer a uma família com renda igual ou menor a um salário mínimo por integrante. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2011, p. 90).

²⁴ Lei nº 12.711/2012, a qual prevê que 50% das vagas em universidades e institutos federais sejam direcionadas para pessoas que estudaram em escolas públicas. Desse total, metade é destinado à população com renda familiar de até 1,5 salário mínimo per capita. A distribuição das vagas da cota racial e deficiência é feita de acordo com a proporção de indígenas, negros, pardos e pessoas com deficiência da unidade da Federação onde está situada a universidade ou instituto federal, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para saber mais, Disponível em: [Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03_ato2011-2014/2012/lei/l12711.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03_ato2011-2014/2012/lei/l12711.html). Consultado em 15 de maio de 2023.

Maria Raquel Apolinário (2007j), por meio do manual busca destacar a imigração Árabe ocorrida ao território brasileiro. Esses ao se fixarem em certa localidade deixam transparecer sua cultura, seus costume e sua religião. O que pode ser destacar de início são as vestimentas utilizadas pelas mulheres e como ponto secundário a forma como esse povo realiza suas vendas. Fator que chama atenção e o dote ofertado pela família do noivo para com a família da noiva, existente na cultura Árabe. Já no Brasil do século 19, o dote era destinado pelos pais da noiva ao noivo, como forma de compromisso de sacramento, assim garantindo a noiva um bom casamento.

Figura 7 - Muçulmanas diante do mausoléu.



Fonte: Figura XX Ilustração retirada do livro didático "Projeto Araribá História PNLD 2011", pág. 35. Legenda Muçulmanas diante do mausoléu do Iman Reza, em Mashhad, no Iraque, foto de 1999.

A seguir destaca-se a comunidade indígena brasileira, quanto a sua diversidade cultural e seu modo de vida. Sendo essa considerada como nômade ao deslocarem-se de tempos em tempos dentro de sua reserva, a fim de garantir a caça e a renovação da área em que se encontravam. Sobre o preceito doutrinário esse povo compactua de uma enorme interação com a natureza, onde o solo, as matas, os pássaros, etc... exercem sobre a comunidade enorme valor simbólico. Maria Raquel Apolinário (2007k) destaca que o fator a ser observado e a competição existente entre as comunidades indígenas, ocasionado pelo valor cultural existente entre elas, onde por meio de jogos, a comunidade que se destacar com o maior número de guerreiros vitoriosos, consagrar-se como a mais forte.

Figura 8 – Indígena da América.



Alegoria da América, gravura em cobre, Theodore de Bry, século XVI.

Fonte: Ilustração retirada do livro didático "Projeto Araribá História PNL D 2011", pág. 83. Legenda Alegoria da América, Theodore de Bry, século XVI.

Maria Raquel Apolinário (2007). p 88) abordar a valorização do afro-brasileiro no período colonial, temporalidade essa que advindo aos preceitos colonial, torna o ser humano em situação de escravidão em mercadoria. O recorte se dar por meio da inversão de valores quando da ausência de supervisão de adultos sobre as brincadeiras infantis, sendo a diversão na fazenda comandada pelos meninos escravizados, os quais advindos as suas destrezas e habilidades físicas se sobreponham ao filho do fazendeiro. Quando o “Sinhorzinho” perdia a disputa, eram obrigados a adquirir alimentos na casa grande, como forma de prenda ou simplesmente como moeda de troca. Pouco se sabe sobre essa inversão, assim como do conviveu entre esses sujeitos na faze infantil.

Pipa, pião e chicote

“Nas casas-grandes das fazendas coloniais brasileiras, imagem comum era a de meninos negros, filhos de escravos, obrigados a imitar cavalos enquanto recebiam golpes de chicotes de seus sinhozinhos que se divertiam montados em suas costas. Em outras brincadeiras de menino, no entanto, essa relação de dominação se invertia: principalmente em disputas de jogos de pião e papagaio, como conta José Lins do Rego em Menino de engenho, de 1932. Fora do controle adulto e sob regras infantis, as diversões nos terreiros e pomares eram lideradas pelos moleques negros que mostravam suas superioridade nas habilidades de matar passarinho com bodoque, nadar em rios e subir em árvores. Assim, os pequenos fazendeiros acabavam por concordar em fazer trocas propostas pelos meninos negros: pediam para que furtassem coisas da casa-grande, como laranjas e pedaços de queijos, em troca de seus bodoques e piões, num processo de escambo permanente. Esses arranjos entre crianças marcaram a miscigenação de uma infância brasileira que agrega e eterniza outras

culturas em seus brinquedos e brincadeiras.”. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2011, p. 88).

Faz-se necessário a realização de reflexões, a fim de problematiza como imagens e textuais estão sendo repassados aos discentes em sala de aula. Observa-se que a editora MODERNA nesse manual, buscou cumprir com as exigências exposto pelo PNL D, bem como das leis de 2003 e 2008 e que apesar da obra em questão ainda não trabalha em todas as suas unidades a temática multicultural, as unidades que a fizeram, cumpriram-na de modo informativo quanto ao preceito multicultural. A editora aborda que o manual dever ser utilizado pelo docente como uma ferramenta de apoio e à medida que esse não supra as necessidades da turma, o docente se valerá dos temas transversais ao debater conteúdo que o manual não agregar.

8.3 Avaliação do guia 2011

Em uma temporalidade positiva, o Ministério da Educação, juntamente com especialistas das áreas de conhecimento que compõem a Comissão Técnica do PNL D, buscaram estabelecer regras a ser observadas pelas editoras, quanto da aprovação de suas obras, mediante aos avanços estabelecidos pelas leis de 2003 e 2008. O Guia de 2011, por meio do incentivo dessas leis, buscou a visualização historiográfica das comunidades Africana, Afro-brasileiro e Indígenas que haviam sido marginalizadas no processo histórico nacional. Para isso foram estabelecidos vários critérios. Insinuaremos apenas os que estão voltados ao cumprimento da lei citadas acima, bem como ao que esse estudo busca investigar, sendo esse o Multiculturalismo no Manual do Professor. Os critérios verificados são os seguintes:

A) A condição de o livro didático auxiliar a formação de cidadãos conscientes. Isso significa dizer que uma obra didática não pode conter textos ou imagens que comprometam o desenvolvimento de atitudes éticas essenciais ao respeito à diversidade. Portanto, uma coleção não pode veicular formas de preconceito e discriminação, nem promover incitação à violência. Tampouco pode conter propaganda ou proselitismo político e religioso.

B) O respeito à legislação que rege o Ensino público nacional. A legislação básica e as diretrizes que orientam o funcionamento do ensino devem ser rigorosamente observadas por uma coleção didática. No caso da História, particular destaque, neste momento atual, deve ser dado ao cumprimento da Lei 11.645, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as coleções didáticas conterem informações e orientações quanto ao tratamento da História da África, História das populações indígenas, bem como reflexões acerca da situação dos afrodescendentes e indígenas no Brasil contemporâneo.

C) A qualidade do Manual do Professor (MP). Se até algum tempo atrás o MP era um item à parte nas coleções, e muitas vezes exterior a elas, a partir de agora ele se torna uma peça importante, entendida como uma ferramenta de formação continuada e auxílio do professor em seu trabalho cotidiano e no diálogo com o conjunto de professores da escola, como instigador para novas leituras e estudos. Desse modo, além de ser uma presença obrigatória, o MP precisa ser constituído como um elemento de orientação ao professor. (Guia do PNLD, p. 12, 2011).

Nessa coleção o Manual do Professor (MP) de História, Projeto Araribá, 2ª Edição, apresentou características distintas sendo identificado como REFLEXIVO, onde o mesmo poderia ser caracterizado em três tipos básicos: Formal, Contextualizado e Reflexivo.

A) O (M. Formal) é aquele cuja sua elaboração atende obrigatoriamente o edital, no geral é um manual que prioriza as atividades para os estudantes, não orienta os professores, tornando-se um material meramente explicativo e superficial do ponto de vista norteado da coleção.

B) No entanto o (M. Contextualizado) é aquele que tem presença efetiva dos princípios norteadores pautando-se por orientações claras ao uso do livro do aluno pelo docente. Sendo sucinto quanto as sugestões de leitura que permitam ao docente promover reflexões para além das atividades.

C) Já o (M. Reflexivo) é caracterizado por densa explicitação de princípios conceituais, teóricos e curriculares, de consistência reflexiva na área de História. Esse Manual em questão proporciona ao professor, reflexões acerca dos usos e critérios de elaboração da obra e garante ao professor um avanço em termos de formação continuada. (Guia do PNLD 2011, p. 12).

Sobre a temática indígena e africana, vimos na obra uma predominância pautada pela dimensão Informativa do tratamento quanto às orientações metodológicas para o professor, onde embora a coleção aponte ao professor alguns aspectos referentes ao enfrentamento didático e teórico das questões relativas à História da África e temática indígena, o manual o faz de modo não prioritário e pouco justificado. Desse modo, tais orientações adquirem um tom mais genérico e nem sempre são ancoradas em perspectivas historiográficas mais contemporâneas, o que significa dizer que o professor precisará buscar, no tocante da temática, textos adicionais para sua própria orientação e leitura.

O quadro²⁵, a seguir foi minimizado do original buscando propiciar um olhar sobre o conjunto da avaliação do referido Manual do Professor, bem como identificar as características quanto ao perfil da Lei 11.645 abordado no Manual, Projeto Araribá de História 2ª Edição do 7º ano.

²⁵ Tabela na íntegra, Disponível em:

https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Guias/PNLD_2011/pnld_2011_historia.zip. Acesso em: 15 maio 2023.

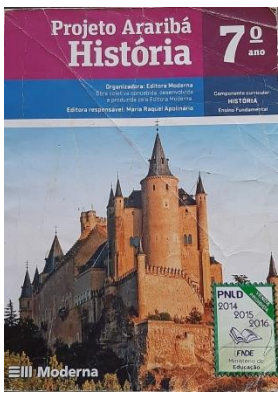
Quadro 3 - Avaliação Geral das características centrais de algumas obras.

CÓDIGO	COLEÇÃO	PERFIL-MANUAL DO PROFESSOR			PERFIL- IMPLICAÇÕES DA LEI 11.645			
		Formal	Contextualizada	Reflexivo	Perspectiva quanto a história da África e história Indígena		Orientações Metodológicas aos Professores.	
					Informativo	Critico reflexivo	Informativo	Critico reflexivo
24906COL06	História, Sociedade & Cidadania							
24981COL06	Projeto Araribá - História							
24991COL06	Projeto Radix-História							

Adaptado: do Guia do PNLD 2011, p 25.

9 O MANUAL DE 2014

Quadro 4 - Informações do livro didático de História, PNLD 2014 "Projeto Araribá", 3ª Edição.

Manual de 2014 – Projeto Araribá, 3ª Edição.		
Manual do Professor	Código da Coleção: nº 27457C0625	
	Quantidade de Manuais impressos do 7º ano.	14.340
	Autor (a)	Maria Raquel Apolinário Melani
	Editora	Moderna
	Edição	2010
	Nº Pág. Manual do Professor.	143
	Ano do PNLD	2014, 2015 e 2016
	Componente Curricular	História
	Público alvo	Anos Finais do Ensino Fundamental

Fonte: Manual de 2014, Projeto Araribá – História.

O terceiro Manual didático “Projeto Araribá-História” tem como iconografia acima é da editora MODERNA, PNLD de 2014. A obra em questão a ser abordada e o Manual do professor do 7º ano, anos finais do ensino fundamental, 3ª edição e publicado em 2010. Essa obra encontra-se cronologicamente impressa após a promulgação da lei nº 10.639 de 2003, assim como de sua atualização de nº 11.645 de 2008. Leis essas que tornam obrigatório o ensino sobre a Cultura e História Afro-Brasileira, bem como da História e Cultura indígena na educação básica. Temática essa que deve ser abordada pelas disciplinas de Educação Artística, Literária e de História.

Conforme dados fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Coordenação-Geral dos Programas do Livro. Destaca-se que foram impressos exatos 14.340²⁶ (Quatorze Mil Trezentos e Quarenta) unidade do Manual do Professor, disciplina de História, Editora MODERNA, PNLD 2014. Sendo esses distribuídos nas unidades escolares que optaram pela referida coleção a ser trabalhada em sala com os alunos.

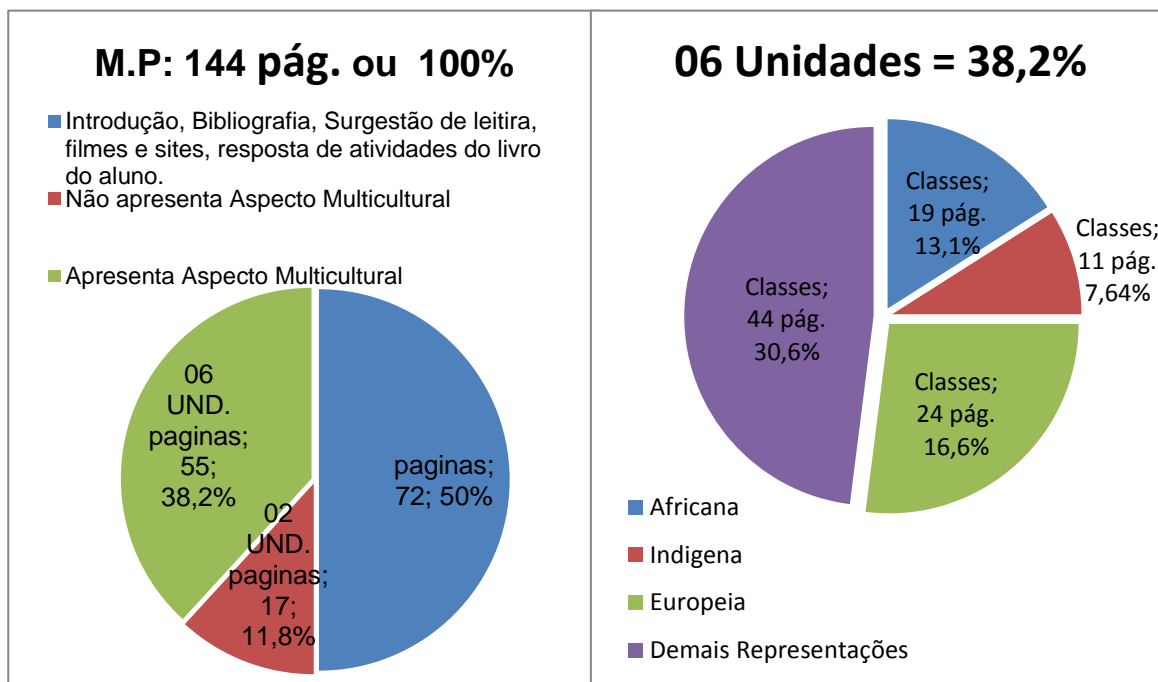
²⁶ Tabela com o quantitativo de Livro do Aluno e Manual do Professor, PNLD 2014, Editora Moderna LTDA. Na página 30, Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Dados_Estatisticos/2014/pnld%202014%20%20valores%20de%20aquisio%20por%20ttulo%20%20ensino%20fundamental%203.pdf. Acesso em: 06 maio 2023.

Nesse 3º (Terceiro) Manual, o quantitativo de unidades que abordam a temática multicultural, apresenta-se aos mesmos moldes do manual anterior, tornando-o uma espécie de replica. O fato que o diferencia em partes, fora sua reordenação estrutural, onde todas as atividades referente ao livro do aluno, estão posta ao fim do manual, bem como da implementação da abordagem digital a qual esta sendo trabalhada no tocante de quase todas as 08 unidades. Esse método almeja a aplicação de filmes em sala de aula, assim como o uso de sites da internet, quanto da apreciação de novas formas de aquisição de conhecimento.

O manual consta de 144 páginas e se dividido em 02 (Dois) processos. No primeiro processo, observa-se os tópicos: Introdução, bibliografia, sugestão de leitura, filmes e sites da web, assim como as resoluções das atividades presentes no Manual do Professor, bem como do livro do aluno. Essa primeira parte conta com um quantitativo de 72 páginas, o que equivale a 50% desse manual.

No segundo processo o manual se divide em 08 (Oito) Unidades, as quais constam de 50% ou 72 páginas. Constatou-se que assim como no manual anterior, esse em questão apresenta 06 (Seis) unidades, sendo essas (02, 04, 05, 06, 07 e 08), ou seja, 38,2% ou 55 páginas que representam as unidades que contemplam a abordagem multicultural e que em apenas 02 (Duas) unidades 11,8% ou 17 páginas não contemplam a questão. Ao destrincharmos esses 38,2% ou 55 páginas, foram encontradas referencias à cultura de Matriz Africana em 19 páginas ou 13,1%, Matriz Indígena em 11 páginas ou 7,64%, cultura Europeia em 24 páginas ou 16,6% e Demais Representações com 44 páginas ou 30,6%, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 03 - Divisão percentual multicultural no Manual do Professor – PNLD: 2014, 2015, 2016. “Projeto Araribá, História 7º ano”, 3ª Edição.



Fonte - Gráfico relacionado ao aspecto da Multiculturalidade presente no Manual do Professor, livro Projeto Araribá – História, 7º ano PNLD 2014. Fonte: MELO, Robson Ferreira. (2023)

Assim como no Manual do PNLD 2011, o Manual de 2014 aponta os tópicos: Tema para reflexão e Leitura Complementar. Como os de referência aos preceitos multiculturais, sendo esses encontrados no corpo principal do manual e nos boxes, os quais por observância são os mesmos existentes no manual anterior.

Cabe aqui destacar as preocupações existentes nesse manual, quanto de sua inquietação ao realizar abordagem de assuntos pertinente à temporalidade do contexto global. Nota-se que nesse momento, fora bastante discutido e empregado em quase todas as 08 (Oitos) unidades desse manual, as seguintes abordagens: O caráter da substituição dos livros físicos pelos digitais, a preocupação ambiental, o uso de filmes em sala de aula, assim como o de sites da Internet, quando da aquisição de novas formas de se obter conhecimento.

Fatos esse que ao nosso vê, acabaram por fazer com que a temática voltada a multiculturalidade não fosse nesse momento explorada sobre novas perspectivas, fazendo com a editora apenas replicasse no manual o que já havia sido empregado em 2011, haja vista a aprovação da abordagem no Guia do PNLD daquela temporalidade.

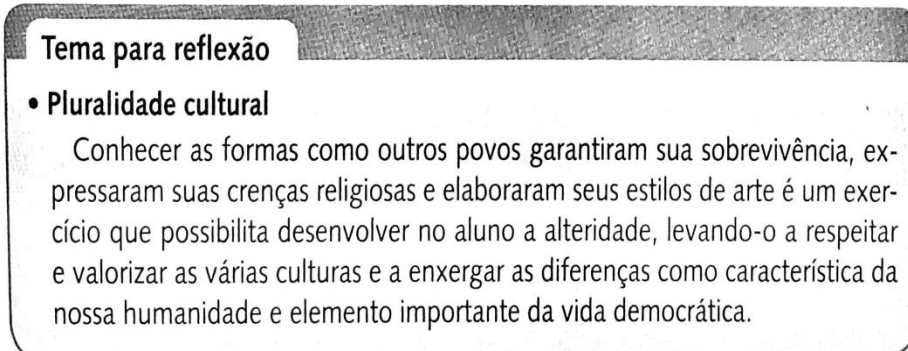
9.1 Subsídios teóricos para o professor em 2014

Nota-se ainda que o Manual ao mencionar o aspecto voltado a multiculturalidade, não dispõe de novas propostas, Hannah Arendt (2009) ressalta que esse fato em alguns casos torna o profissional da educação um mero replicador de conteúdo, tendo em vista que todos os manuais do campo educacional são considerados um currículo a serem abordado em sala de aula. Ou seja, por meio desse, o alunado está sendo “programado” para a resolução de questões, não sendo estes instigados quanto da obtenção de novos conhecimentos que venha a desenvolver nesses, certa criticidade como cidadãos, impedindo-os de realizar contribuições consideráveis ao meio social.

O que faz com que a crise da educação seja tão especialmente aguda entre nós é o temperamento político do país, o qual luta por si próprio, por igualar ou apagar tanto quanto possível a diferença entre novos e velhos, entre dotados e não dotados, enfim, entre crianças e adultos, em particular, entre alunos e professores. (ARENDR, 2009, p.05).

Abaixo, salientamos um exemplo relacionado ao aspecto multicultural, abordado tanto no Manual do PNLD de 2011 como no de 2014. Ao realizarmos uma comparação entre esses, o que podemos destacar como diferencial, fora a tonalidade de seus títulos, assim como uma variação na concordância verbal das frases presente em alguns boxes. Com ênfase acentuamos que tal variação não ocorreu em todos os boxes, sendo que alguns encontram-se idênticos ao conteúdo presente no manual de 2011.

Figura 9 – Boxe de coloração monocromático



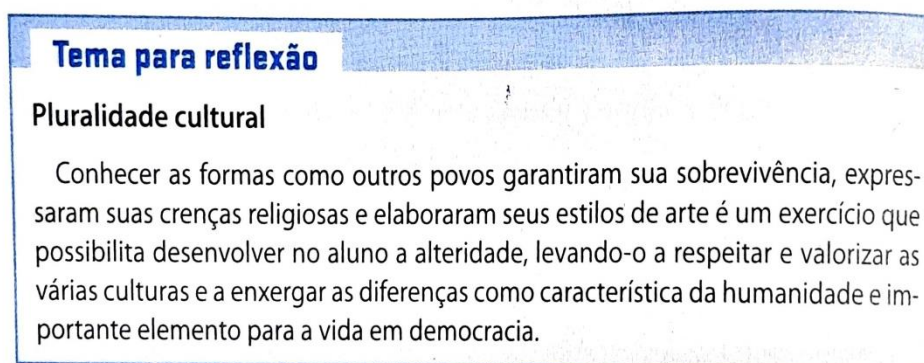
Tema para reflexão

- **Pluralidade cultural**

Conhecer as formas como outros povos garantiram sua sobrevivência, expressaram suas crenças religiosas e elaboraram seus estilos de arte é um exercício que possibilita desenvolver no aluno a alteridade, levando-o a respeitar e valorizar as várias culturas e a enxergar as diferenças como característica da nossa humanidade e elemento importante da vida democrática.

Fonte. Ilustração retirada do livro didático “Projeto Araribá História PNLD 2011”, pág. 33. Legenda Temática para refletir “Pluralidade cultural”.

Figura 10 – Boxe de coloração Azul e textual negro.



Fonte: Ilustração retirada do livro didático "Projeto Arariba História PNLJ 2014", pág. 48. Legenda Temática para refletir "Pluralidade cultural".

9.2 Abordagem direcionada a sala de aula em 2014

Ao buscamos menção sobre o preceito multicultural no manual, observou-se que a essa edição, ocorre inexistência de mudança quanto de sua abordagem. O manual por mais que seja considerado um currículo e um guia a ser aplicado em sala de aula, quando não conseguir abordar certas temática, deve inquirir métodos para que isso ocorra. Sobre o viés multicultural, destaca-se documentos de referência como o Parâmetro Curricular Nacional, a fim de abordar temáticas voltadas as questões relevantes à transversalidade.

Por meio das modificações ocorridas no currículo escola advindo das leis 10639/03 e 11645/08, o Governo Federal empenhou-se em realizar uma correção histórica, quanto ao banimento das memórias relacionadas às comunidades indígenas e afro-brasileiras. Ao passo do cumprimento dessas leis, buscou-se a visibilidades dessas comunidades no meio social brasileiro, bem como a compreensão de sua variação cultural e identitária. Por meio dessa pauta, sua cultura esta sendo repassada a classe estudantil, via currículo educacional presente no Material Didático, distribuídos por todo território brasileiro, fazendo com que essas comunidades sejam "vistas" atualmente de forma acrítica, conforme as noções mais modernas relacionadas à ciência humana, tendo como foco primordial, sua cultura e sua identidade.

Sobre a temporalidade de 2014, observou-se que o maior desafio que os docentes encontram e a duvida de como aplicar essa didática em sala? Haja vista que grande parte desses docentes que estão atuando na "linha de frente", foram

formados antes de 2003, ano da promulgação da primeira lei, que enfatiza um ensino com características empoderadora, quanto da visão desses povos, que conforme contexto histórico eurocêntrico só tem história a partir da chegada do europeu.

O verdadeiro desafio é aplicar essas noções mais modernas da qualificação que é cultura e identidade em todos os níveis do ensino, fugindo da prática que tem deixado a sofisticação intelectual para a universidade, e feito da escola primária e secundária um ambiente onde cultura e identidade, quando abordadas, são tratadas de forma demasiada tradicional e rígida. (SANSONE, 2017).

Nesse sentido salienta-se a importância da formação ou da qualificação dos professores sobre o assunto, onde muitos deles ainda com o estigma da educação eurocêntrica se encontram, sem preparo para ministrar aulas sobre o conceito do multiculturalismo.

Por meio do parecer nº CNE/CP 003/2004²⁷, aprovado em 10/3/2004 o Conselho Nacional de Educação, via políticas de ações afirmativas, busca reconhecer e valorizar a história cultural e identidade dos afro-brasileiros. Onde determina o seguinte:

Cabendo ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. (BRASIL, 2004, p. 3).

Na ausência dessa qualificação, os docentes devem ancorar-se a operacionalidade da gestão escolar, quanto ao acompanhamento sistemático das estratégias e a avaliação dos resultados alcançados durante o ano letivo. Sendo fundamental que se recobre e fortaleça a qualidade da gestão pedagógica, através de planejamento que foquem em resultados a serem alcançados.

O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. A escola, os professores e os alunos são integrantes da dinâmica das relações sociais: tudo o que acontece no meio escolar está atravessado por influências econômicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade de classes. Isso significa que os elementos do planejamento escolar – objetivos, conteúdos, métodos – estão

²⁷ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 06 maio 2023.

recheados de implicações sociais, tendo um significado genuinamente político. (LIBÂNEO, 2006, p. 222).

Historicamente a sociedade brasileira, é um “entrelaçado” inegável de múltiplas heranças culturais deixadas pelos: Europeus, indígenas, africanos etc... Ao explicitar que não é só do saber Europeu que a cultura brasileira é constituída, imprimisse que não é por força da lei que o reconhecimento da cultura indígena, africana e etc... Será alcançada. A lei, pelo seu rigor contribui, mas esse entendimento deve ser constatado de forma natural no cotidiano plural do indivíduo, fazendo com que a formação escola, entre outras coisas, possibilite o surgimento de cidadãos conscientes de uma educação multicultural, cheios de criticidades, possibilitando o reconhecimento e o resgate histórico da cultura identitária do cidadão brasileiro, tornando a didatização desses saberes, tão importante como os que hoje são abordados pelo padrão curricular escolar europeu.

“como responsáveis pelo fomento do tema africanidades nos ambientes escolares, os educadores e educadoras podem promover momentos de reflexão e atuação social para essa ressignificação, na qual as pessoas tenham o direito de ser quem são trazendo consigo sua história, a ancestralidade e o entorno, sem constranger-se por isso, cientes de que cada ação humana, por mais simples, diz respeito a um todo muito maior, no qual somos um, e onde o produto desse ato é fruto das escolhas que fazemos ao conduzir nossa própria vida.” (SOUZA, 2010, P. 156 apud PEREIRA, 2011 p. 09).

9.3 Avaliação do guia de 2014

Na edição do Guia de 2014, a novidade que chama a atenção está relacionada com as possibilidades de se trabalhar com o cinema em sala de aula por meio de fotos contidas no manual. Quanto ao uso de mídias digitais “Filmes” o manual expressa a importância de se utilizar filmes citados nesse Manual, a fim de proporcionar aos discentes uma análise problematizadora do assunto e não uma mera recreação, que eventualmente possa haver acarretar interpretações errôneas quanto à temática apresentada em sala de aula.

Observou-se ainda que os manuais dessa coleção foram avaliados seguindo a ordem numérica dos conceitos descritos abaixo, sendo o conceito de número 01 (um) que nos interessa neste momento:

(1) Manual do professor; (2) Componente curricular História; (3) Proposta pedagógica; (4) Formação cidadã e (5) Projeto gráfico.

Onde a nota de cada conceito esta expressa por meio da intensidade da cor, ou seja, quanto mais “Viva” a cor, maior o cumprimento dos requisitos exigidos no edital do PNLD 2014, pelo Manual.

O Manual orienta igualmente sobre formas, possibilidades, recursos e instrumentos de avaliação adequados ao ensino de Historia bem como sobre o ensino de Historia da África, da cultura afro-brasileira e da historia indígena. Contribui também para a formação continuada do docente com sugestão de textos de aprofundamento e bibliografia pertinente e atualizada no campo da historia e do ensino de Historia que proporcione ao professor uma efetiva reflexão sobre sua pratica. (GUIA PNLD 2014, p 03).

O Guia do PNLD 2014 aborda o Manual como um possibilitado de ações positivas quanto à cidadania bem como do convívio social, ao proporcionar a realização de trabalhos que contemple a temática: étnico-racial, o gênero, a violência, educação e cultura, direitos humanos, a imagem de afrodescendentes, das etnias indígenas brasileiras, da mulher, das profissões e espaços de poder, da competência leitora assim como os debates das novas tecnologias. Proporcionando por meio desses conteúdos uma melhor visibilidade destes sujeitos históricos.

Figura 11 - Quadro síntese - Avaliação das coleções de História - PNLD


Coleção	1	2	3	4	5
Encontros com a história					
Estudar história: das origens do homem à era digital					
História - Coleção Link					
História e vida integrada					
História em documentos: imagem e texto					
História nos dias de hoje					
História, sociedade & cidadania: ed. reformulada					
JornadaHist - história					
Leturas da história					
Novo história - conceitos e procedimentos					
Para entender a história					
Para viver juntos: história					
Perspectiva história					
Por dentro da história					
Projeto Arariú - história					
Projeto Radix - história					
Projeto Teláris - história					
Projeto Velar - história					
Saber e fazer história					
Vontade de saber história					

Legenda (-) (+)

Fonte: Guia do PNLD 2014.

10 O MANUAL DE 2017

Quadro 5 - Informações do livro didático de História, PNLD 2017 "Projeto Araribá", 4ª Edição.

Manual de 2017 – Projeto Araribá, 4ª Edição.		
Manual do Professor	Código da Coleção: nº 0059P17042007I	
	Quantidade de Manuais impressos do 7º ano.	10.047
	Autor (a)	Maria Raquel Apolinário
	Editora	Moderna
	Edição	2014
	Nº Pág. Manual do Professor.	168
	Ano do PNLD	2017, 2018 e 2019
	Componente Curricular	História
	Público alvo	Anos Finais do Ensino Fundamental

Fonte: Manual de 2017, Projeto Araribá – História.

O Quarto Manual didático “Projeto Araribá-História” tem como iconografia acima é da editora MODERNA, PNLD de 2017. A obra em questão a ser abordada e o Manual do professor do 7º ano, anos finais do ensino fundamental, 4ª edição e publicado em 2014. Essa obra encontra-se cronologicamente impressa após a promulgação da lei nº 10.639 de 2003, assim como de sua atualização de nº 11.645 de 2008.

Conforme dados fornecidos pelo Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Destaca-se que foram impressos exatos 10.047²⁸ (Dez Mil e Quarenta e Sete) unidade do Manual do Professor, disciplina de História da editora MODERNA, PNLD 2017. Sendo esses distribuídos nas unidades escolares que optaram pela referida coleção a ser trabalhada em sala com os alunos.

Esse 4ª (Quarta) Manual apresenta-se totalmente diferente dos manuais impressos anteriormente, o que se observa de início fora seu aumento no número de unidades, os manuais anteriores tinham 08 (Oito) unidades e esse do PNLD 2017 contem 09 (Nove). Observa-se que a Editora não faz mais diferenciação entre o

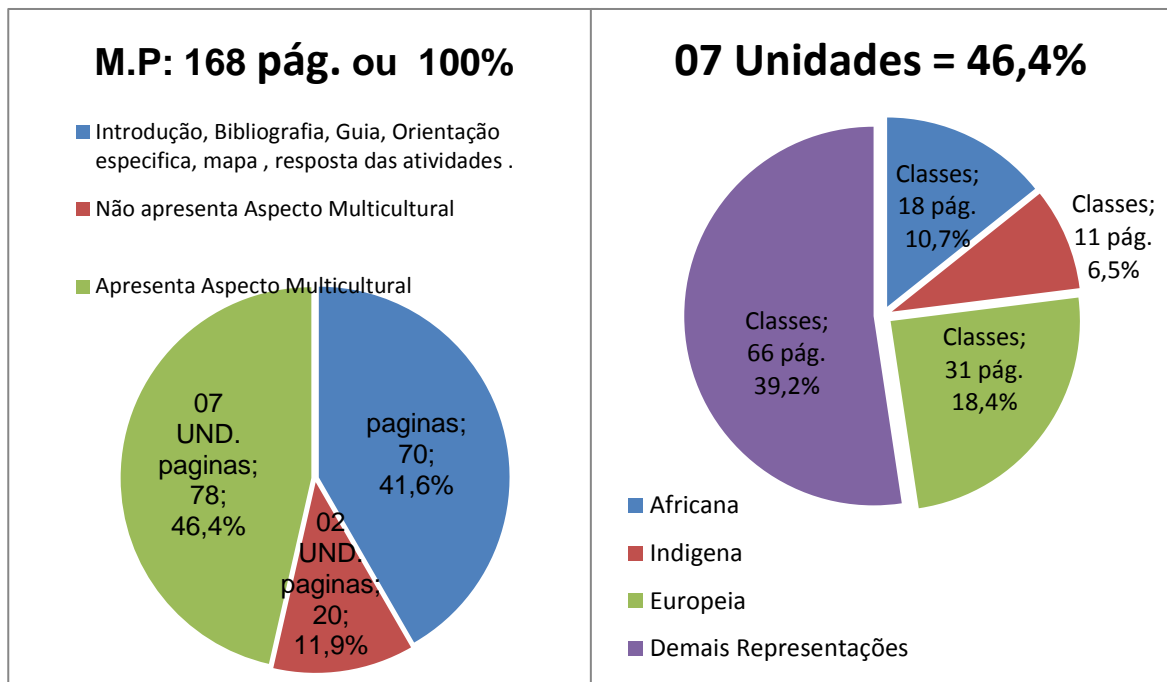
²⁸ Tabela com o quantitativo de Livro do Aluno e Manual do Professor, PNLD 2017, Editora Moderna LTDA. Na página 17, Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Dados_Estatisticos/2017/PNLD%202017%20-%20Colees%20mais%20distribudas%20por%20componente%20curricular%20-%20Sries%20finais%20Ensino%20Fundamental.pdf](https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Dados_Estatisticos/2017/PNLD%202017%20-%20Colees%20mais%20distribudas%20por%20componente%20curricular%20-%20Sries%20finais%20Ensino%20Fundamental.pdf). Acesso em: 06 maio 2023.

Manual do Professor e o Livro do Aluno, sendo o manual dessa edição colorido e com sua contagem iniciada a partir da página 241, a tonalidade dos títulos agora se encontra na cor verde e sua ordenação estrutural referente às avaliações, esta aos moldes do Manual do PNLD 2014, onde todas as atividades apresentam-se posta ao fim da unidade.

O manual consta de 168 páginas e divide-se em 02 (Dois) processos. No primeiro processo observar-se os tópicos: Introdução, Bibliografia, Estrutura do guia, Orientação específica, Mapa do conteúdo, assim como as resoluções das atividades presentes no Manual do Professor, bem como do livro do aluno. Essa primeira parte contar com um quantitativo de 70 páginas, o que equivale a 41,6% desse manual.

No segundo processo o manual se divide em 09 (Nove) unidades, as quais constam de 58,3% ou 98 páginas. Constatou-se que mediante ao aumento do número de unidades, bem como da reformulação da abordagem do conteúdo, ocorrera um aumento no quantitativo de unidades que agora trabalham com a temática Multicultural. Sendo assim o manual em questão, contem 07 (Sete) unidades, sendo essas (01, 02, 03, 06, 07, 08, 09), ou seja, 46,4% ou 78 páginas, as quais contemplam a abordagem multicultural e que em apenas 02 (Duas) unidades 11,9% ou 20 páginas não contemplam a questão. Ao destrincharmos esses 46,4% ou 78 páginas, foram encontradas referencias à cultura de Matriz Africana em 18 páginas ou 10,7%, Matriz Indígena em 11 páginas ou 6,5%, cultura Europeia em 31 páginas ou 18,4% e Demais Representações com 66 páginas ou 39,2%, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 04 - Divisão percentual multicultural no Manual do Professor – PNLD: 2017, 2018, 2019. “Projeto Araribá, História 7º ano”, 4ª Edição.



Fonte: Gráfico relacionado ao aspecto da Multiculturalidade presente no Manual do Professor, livro Projeto Araribá – História, 7º ano PNLD 2017. Fonte: MELO, Robson Ferreira. (2023)

Esse Manual do PNLD de 2017 segue o mesmo roteiro estrutural dos manuais anteriores, onde os pontos que fazem referência ao preceito multicultural estão expressos nos tópicos: Tema para reflexão e Leitura Complementar. Títulos esses que se encontram no corpo principal do manual e nos boxes.

10.1 Subsídios teóricos para o professor em 2017

Nesse manual do PNLD 2017, algumas unidades que não expressavam o preceito multicultural agora o fazem, ação essa obtida por meio de uma nova “roupagem” do conteúdo. Ha de ser mencionar que o fato não ocorrera positivamente para todas as unidades e que conforme essas alterações foram ocorrendo, algumas unidades que abordavam o conteúdo, agora deixam de aborda a temática multicultural. Observa-se que em grande medida, a Editora buscou o atendimento desse requisito em todo o Manual e que mediante ao conteúdo abordado na unidade (Temática), não fora possível a incorporação desse preceito.

Ha exemplo dessas mudanças, sobre um caráter positivo, temos a primeira unidade desse Manual, intitulada: “A Formação da Europa Feudal”. Título esse que vem se aperfeiçoando ao longo das edições e que ao manual do PNLD de 2014 não tratava em sua temática da abordagem multicultural. Nesse novo modelo de abordagem a Editora buscou a implementação de alguns aditivos verbais, a fim de fazer com que o conteúdo que até então não explanava o multiculturalismo agora o faça.

Logo abaixo, encontra-se um recorte dos objetivos da unidade 01 (um) existentes no Manual do PNLD de 2014 e PNLD 2017, nota-se que alguns pontos foram incluídos e que outros foram adaptados conforme a necessidade dê-se contemplar os preceitos multiculturais. Pontos esses que estão sendo destacado por meio de setas ao lado da imagem, para melhor compreensão do que fora incorporado ou alterado quanto da temática da unidade.

Figura 12 – Conteúdo proposto a ser abordado no material didático de 2014.

Objetivos da unidade

Objetivos
Entender que a sociedade feudal resultou da síntese de instituições romanas e germânicas.
Perceber a importância da guerra na vida dos povos bárbaros e sua relação com a formação das realezas germânicas.
Diferenciar as três ordens que compunham a sociedade feudal: o clero, a nobreza e os camponeses.
Apontar a relação entre o cristianismo e as instituições da sociedade europeia medieval.
Reconhecer as principais características da economia, da política e da cultura na Europa medieval.
Identificar as principais partes de um castelo medieval e relacioná-las com as necessidades de seus habitantes.

Fonte: Ilustração retirada do livro didático "Projeto Araribá História PNLD 2014", Unidade 01, pág. 37. Legenda: Objetivos da unidade.

Figura 13 – Conteúdo proposto a ser abordado no material didático de 2017.

■ Objetivos da Unidade

Objetivos	
	Discutir criticamente o conceito de Idade Média.
→	Entender que a sociedade feudal resultou do intercâmbio entre a cultura e as instituições romanas e as germânicas.
	Perceber a importância da guerra na vida dos povos germânicos e sua relação com a formação das realezas germânicas.
	Diferenciar os grupos que compunham a sociedade feudal, de acordo com os papéis sociais de cada um.
	Compreender os complexos laços de dependência pessoal que caracterizaram a sociedade feudal.
→	Apontar as relações entre a Igreja, as instituições políticas, a cultura e a mentalidade na sociedade europeia medieval.
→	Reconhecer as principais características da economia, da política e da cultura no Ocidente medieval.
→	Reconhecer a permanência de alguns traços da cultura medieval na cultura popular brasileira até a atualidade.

Fonte: Ilustração retirada do livro didático "Projeto Araribá História PNLD 2017", Unidade 01, pág. 289. Legenda: Objetivos da Unidade.

Logo abaixo se apresenta o recorte do Boxe: “Temas para reflexão”. O qual aborda o que nesse momento a Editora entende por Pluralidade cultural, abordagem essa que se destaca ao entendermos que esse conceito perpassa da Editora para o Docente e desse para os Discentes.

- **Pluralidade cultural**
Um dos conteúdos essenciais da Unidade é o modo de vida de alguns povos na África pré-colonial. Conhecer a forma como esses grupos se organizavam e se relacionavam permite desenvolver uma atitude de valorização do patrimônio etnocultural da África.
- **Respeito à diversidade**
O conhecimento e a valorização dos povos africanos pré-coloniais contribuem para superar os preconceitos que ainda hoje persistem sobre a África.
- **Comércio**
A partir do estudo do comércio caravaneiro, podemos refletir sobre a importância do comércio para a integração de diferentes regiões do planeta na atualidade, contribuindo para o intercâmbio de pessoas, ideias, mercadorias, culturas, línguas etc. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2017, p. 315).

Em um 2º (segundo) recorte, destaca-se novamente o boxe “Temas para reflexão” onde a temática de Pluralidade cultural, aborda o primeiro encontro multicultural entre duas civilizações distintas. O conteúdo busca instigar o docente a realização de uma abordagem não eurocêntrica e que essa história em debate, venha a ser vinculada a sua proposta (Tema) quanto da inclusão da “Fala” dos ditos “Perdedores”. Tendo como objetivo dessa abordagem, mostra que o “outro” também tem história e que essa cultura contribuiu para a diversificação da civilização.

Pluralidade cultural

O estudo sobre os primeiros contatos entre indígenas e europeus na América é uma oportunidade para trabalhar com os alunos o “outro”, o diferente, contribuindo para que eles reconheçam, aceitem e valorizem a diversidade como expressão da riqueza cultural da humanidade. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2017, p. 358).

O recorte a seguir busca o resgate da Ética e cidadania relacionado à comunidade indígena, quando do embate entre as culturas europeia (Científica) e Indigenista (Crenças), fator cultural que gerou certa disputa entre ambas as culturas. Em sequência destacar-se o fator religioso, onde os Jesuítas ao catequisarem os ameríndios, buscavam a subjugação desses para sua crença e ao passo que a catequização estava em ação, buscava-se inferiorizar o cultura indígena.

Ética e cidadania

A relação entre indígenas e europeus é uma boa oportunidade para discutir questões relacionadas ao respeito ao próximo. A imposição de valores, de costumes e de uma fé, tal como fizeram os europeus nos séculos XV e XVI ao conquistarem a América, não é uma prática desconhecida em nosso tempo e, por isso, merece reflexão. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2017, p. 380).

10.2 Abordagem direcionada a sala de aula em 2017

Por meio de sua nova abordagem, o manual passou de 08 (Oito) para 09 (Nove) unidades, ao verificarmos a temática da nova unidade, que agora faz parte desse manual, constatou-se que, essa se encontra presente como a 03ª (Terceira) Unidade e tem como título “REINOS E POVOS DA ÁFRICA”. A editora, a fim de cumprir com que rege a Lei 2003, incorpora em seu manual uma unidade específica para fins de se trabalhar a temática sobre a questão da cultura da comunidade negra, e por meio desse, buscou-se enfatizar o preceito multicultural dessa comunidade em sala de aula, fator esse que ocorrerá por meio da explanação desse conteúdo, pelo docente para seus discentes.

Ao retratarmos os preceitos Multiculturais empregada nesse Manual, destaca-se os títulos dos boxes: “A importância da história e das culturas afro-brasileiras e indígenas”, “A história da África não se reduz à escravidão” assim como “O Brasil africanizado, a África brasileira” presentes a unidade 03, conteúdo esses que busca afirmar o constante das leis de 2003 e 2008, bem como dos documentos de referência como o Parâmetro Curricular Nacional, o qual debater que os professores devem observar a cultura africana para além da escravidão. Abaixo, temos exposto o conteúdo existente em um desses boxes, presente no Manual do Professor de 2017.

O Brasil africanizado, a África brasileira.
Reconhecer que a África está dentro de nós é parte indissolúvel da nossa cultura e uma tarefa importante para superar o preconceito, que é a base de muitas diferenças sociais, econômicas e educacionais entre brancos e negros no Brasil. (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2017, p. 365).

Por meios dessas ações, a rica cultura africana e indigenista, poderá se bem pautada em sala de aula, construindo nos alunos e nos professores uma visão afirmativa da cultura tradicional, elevando o orgulho individual é coletivo dos alunos que vivem nessas comunidades ou não. Ação essa que torna imprescindível uma abordagem mais específica sobre essas culturas na vivência escolar, bem como ressaltar a formação da nação brasileira, a partir da miscigenação daqueles que aqui viveram e deixaram sua descendência, consolidando essa nação, onde costumes e tradições formam o Brasil.

Por meios dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), os professores ao abordarem temas que busque enaltecer esses povos, podem ser valer do capítulo referente ao tema transversal de pluralidade cultural, onde essa diversidade abrange o patrimônio sociocultural do Brasil. O qual deve ser reconhecido e valorizado, pois se trata da “marca” da identidade nacional ao ser mencionado o multiculturalismo. (GONTIJO, 1990, p.63).

Maria Raquel Apolinário (2017) destaca que o multiculturalismo não fora apenas uma questão voltada ao conhecimento cultural de uma cultura para com outra. O fator migratório também evidenciar questões epidemiológicas. A exemplo da peste que afetou a Europa, a qual vinda da Ásia pela rota da seda, chegando ao Mediterrâneo e a Sicília e posteriormente ao Sul da Itália em 1347 e a Roma em 1348. “Com a expansão marítima, europeus, americanos, asiáticos e africanos iniciam um processo de integração cada vez mais estreito, colocando em contato

povos que até então não se conheciam” (PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA, 2017, p 365). A seguir a iconografia retrata o flagelo ocasionado pela peste negra.

Figura 14 – Epidemia da peste negra.



Fonte: Ilustração retirada do livro didático "Projeto Araribá História PNLD 2017", pág.329. Legenda O quadro o trinfo da morte (detalhe), de Peter Brughel, 1562, expressa o que Duby chamou de instalação do macabro na arte. Museu do Prado, Madri .

10.3 Avaliação do guia de 2017

Cada avaliação do PNLD é único e opera de modo específico, quanto ao nível de discussão acadêmica que vem sendo abordado ao longo da temporalidade de cada Edital. Sendo esses por sua vez, apresentados com certo acúmulo de informações que perpassa de uma avaliação para com a outra. Nesse sentido o Guia de 2017 expressa que os manuais em si, só obterão êxito em sala de aula em função da abordagem docente, não existindo coleção perfeita. Fato esse que se evidencia muito embora a impossibilidade de ser retratar uma história fechada, devido à complexidade multicultural existente no país.

A partir da redemocratização do contexto social brasileiro, pesquisadores, professores e demais autores de livros didáticos, iniciam esforços de criação de um novo modelo voltado para o ensino de História, sendo esse confeccionado para além dos modelos tradicionais de cunho eurocêntrico. Foram selecionados cinco eixos centrais, a fim da constatação dos avanços relevantes ao ensino de História, a saber:

- A) O tratamento escolar das fontes históricas
- B) A relação entre texto-base e atividades
- C) O tratamento das questões da temporalidade histórica
- D) A temática afro-brasileira
- E) A temática indígena

Nossa pesquisa está voltada a temática multicultural, presente no Manual do Professor, nota-se que nessa edição do guia do PNLD de 2017, o Manual não se encontra entre os eixos de abordagem descritos acima. Para tanto, estaremos realizando tal avaliação por meio do tópico da letra (A), por entendemos que esse tópico corrobora com os itens de orientação exigidos no manual do docente. Quanto aos preceitos invocados pelas Leis de 2003 e 2008, essas serão observadas nos tópicos de letras (D e E), tópicos esses que conforme seu título, buscam retratar a temática Afro-brasileira e Indígena, que eventualmente estariam presente no Manual do Professor. A formação avaliativa dessa edição do PNLD fora realizada por meio de diagrama de síntese em formato de alvo. O intuito fora averiguar os apontamentos observados na coleção, onde cada círculo representa uma série, o círculo do centro corresponderá ao 6º ano e o círculo da extremidade ao 9º ano. A avaliação ocorreu da seguinte forma, quanto mais sólida a cor no círculo, maior a complexidade do tratamento da categoria, as áreas hachuradas, corresponderão na redução dessa complexidade, já as marcações em Branco, indicaram uma temática não evocada na série.

A unidade “A” esta descrita sobre a temática (Tratamento escolar das fontes históricas) onde essa se fragmenta em 04 (Quatro) subtópicos que são:

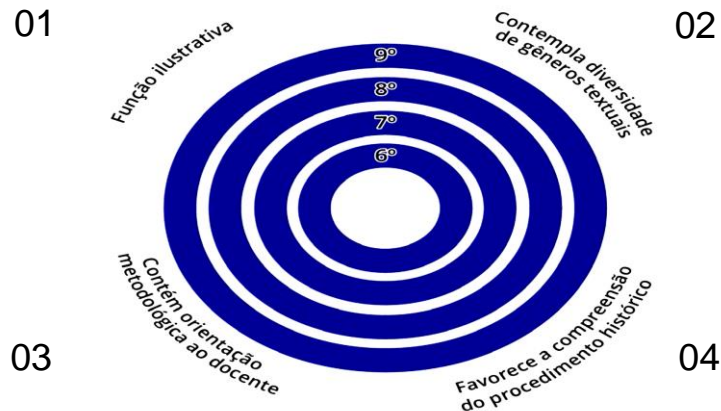
01 - Função Ilustrativa

02 - Comtempla diversidade de gêneros textuais

03 - Contem orientação metodológica ao docente

04 - Favorecer a compreensão do procedimento histórico, por meio de orientações metodológicas precisas ao estudante.

Figura 15 - Tratamento escolar das fontes históricas
Divisão proporcional ao Item "A".



Fonte: Ilustração retirada do Guia do PNL D edital de 2017, livro "Projeto Araribá História", pág.329. Legenda "Tratamento escolar das fontes históricas".

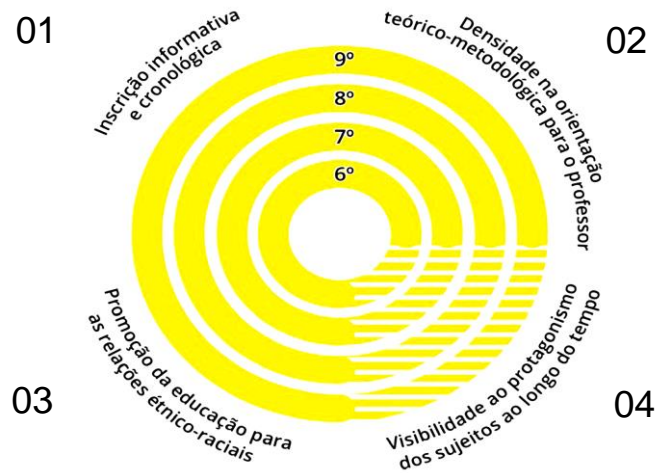
Sobre essa temática, estaremos considerando como parte integrante do Manual do Professor a abordagem de números 03 e 04, por entendermos que esse conteúdo segue uma linha similar ao que o Manual abordaria. Sobre o método avaliativo, ao observarmos o diagrama, entendemos que as subunidades 03 e 04 atenderam de forma coesa a temática que ser propuseram a trabalhar.

Quanto à temática (africana e afro-brasileira), destaca-se os seguintes subtemas:

- 01) - Inscrição informativa e cronológica
- 02) - Densidade na orientação teórico-metodológica para o professor
- 03) - Promoção da educação para as relações étnico-raciais
- 04) - Visibilidade ao protagonismo dos sujeitos ao longo do tempo

Sobre essa abordagem, destaca-se o fragmento de número 04 (Quatro), ao não atender de forma afinco a temática que se propusera a trabalhar, e por essa ocasião, sua área encontra-se hachurada conforme gráfico abaixo.

Figura 16 - Temática africana e afro-brasileira.



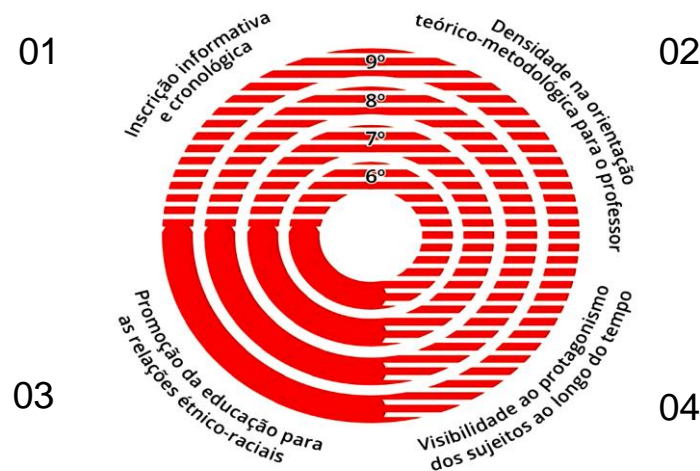
Fonte: Ilustração retirada do Guia do PNLD edital de 2017, livro "Projeto Araribá História", pág.329. Legenda "Temática Africana e Afro-brasileira".

Quanto à temática (Indígena), essa se encontra sobre destaque com os seguintes subtemas:

- 01) - Inscrição informativa e cronológica
- 02) - Densidade na orientação teórico-metodológica para o professor
- 03) - Promoção da educação para as relações étnico-raciais
- 04) - Visibilidade ao protagonismo dos sujeitos ao longo do tempo

Com relação à temática, observa-se os fragmentos de número (01, 02 e 04), pois ao virmos o diagrama, entende-se que essas unidades não atenderam com afinco a temática a ser trabalhada, obtendo como avaliação, hachuradas nessas áreas, conforme gráfico abaixo.

Figura 17 - Temática indígena.



Fonte: Ilustração retirada do Guia do PNLD edital de 2017, livro "Projeto Araribá História", pág.329. Legenda "Temática indígena".

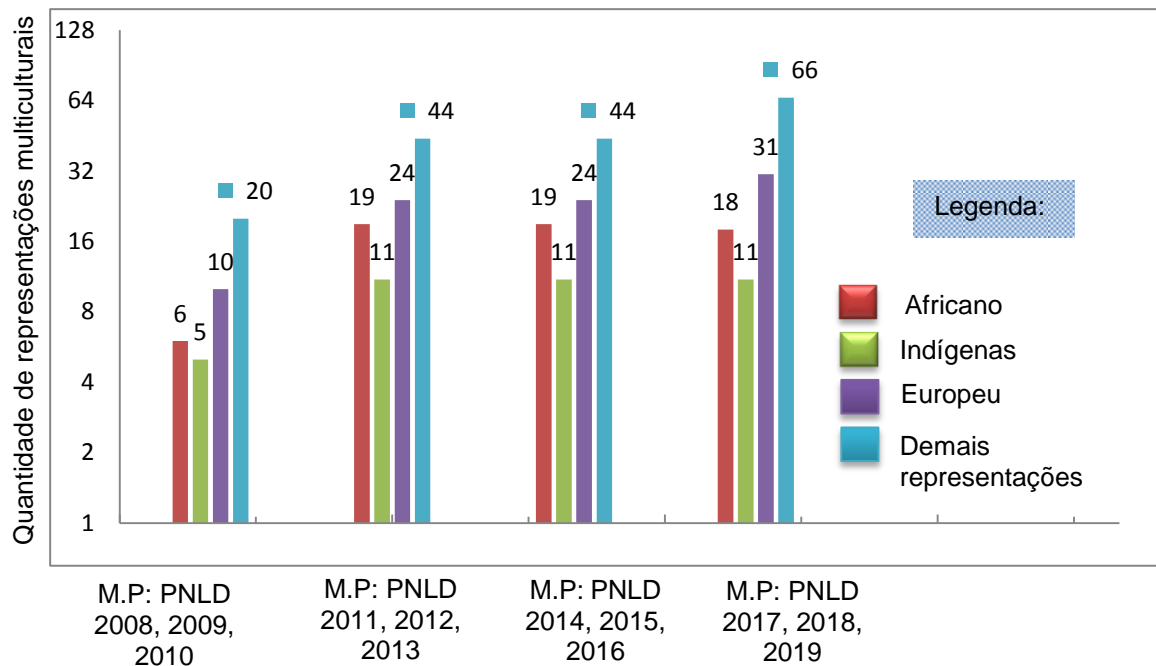
Ao final da análise das obras, observa-se que o multiculturalismo manifesta-se nos Manuais do Professor de forma "tímida" e ao decorrer do tempo, esse vem se apresentando com mais frequências nesse Material. Foram avaliados no total 04 (Quatro) Manuais didáticos, sendo esses submetidos ao "crivo" do PNLD de suas temporalidades. O primeiro Manual data de 2008 e tendo como ultimo o de 2017. Percebe-se que muito antes dessa datação, o multiculturalismo vem sendo abordado nos Manuais, mediante aos inúmeros protestos, movidos pelos movimentos negros, que ocasionaram na mudança da LDB (Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional) a qual posteriormente por meio de petição judicial incorpora a lei de 2003 e consequente a isso a de 2008 no currículo escolar, leis essas que enfatizam maior apreciação cultura das comunidades Africanas, afro-brasileiras e indígenas nos matérias didáticos.

O material didático/ Manual do Professor, por ser disseminador em todas as unidades escolares publica, busca por meio de sua nova "roupagem", atuar como uma ferramenta hábil de integração social isenta de preconceitos e estereótipos.

Os Manuais analisados são do 7º ano e pertencem ao Projeto Araribá - História, anos finais do ensino fundamental, editora Moderna. Ao final da análise dos Manuais, fora confeccionado um gráfico com os dados obtidos. Nota-se que essa abordagem há temporalidade de 2014 estagnou-se, mediante aos embates que a

sociedade buscava resolver e que ao passo da resolução dessa problemática, o multiculturalismo volta a obter nova visibilidade. Destaca-se na análise do gráfico o multiculturalismo (Europeu, Africano ou afro-brasileiro, Indígenas e “outras representações”), sendo “outras representações” entendidas aqui como: imagens distintas, abordagens textuais fora do contexto multicultural, tabelas variadas, etc...

Gráfico 05 - Representação quantitativa de preceito multicultural, exibidos por imagens e textuais nas unidades selecionadas no Manual do Professor - Disciplina de História. PNLD 2008 a 2017.



Fonte: Gráfico relacionado ao contexto Multicultural presente nos Manuais do Professor, livro Projeto Araribá – História, 7º ano PNLD's 2008 a 2017. Fonte: MELO, Robson Ferreira. (2023)

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política do livro didático efetivada pelo governo federal em 1938 é caracterizada pela estruturação dos manuais escolares por meio de regras que padronizam sua produção e conteúdo. A construção dessa política, fora parte de um projeto educacional mais abrangente, que possibilitou, entre outras coisas, uniformizar o ensino por meio de um currículo obrigatório.

Na construção de uma obra didática até a sua entrega aos estudantes, é fundamental conhecer o rigoroso processo avaliativo de incumbência, na atualidade, do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que faz parte de uma das mais importantes políticas públicas da educação nacional do Ministério da Educação. Em vista disso, as coleções aprovadas atendem aos critérios e exigências postulados no Edital público lançado a cada edição do Programa, contudo, o trabalho que o educador faz do LD em sala de aula é o que define a sua contribuição, ou não, na formação escolar das crianças, jovens e adultos de todo o país. (ALVES; VILA, p.03, 2020).

A análise da pesquisa se dá sobre quatro Livros Didáticos do 07º ano (Manual do Professor) voltado aos anos finais do ensino fundamental, disciplina de História, intitulado “Projeto Araribá”, da editora MODERNA. Sendo esse organizado e fragmentado, quase que da mesma maneira que o livro do Aluno. O manual contém diversos itens que segmentam-se basicamente em duas etapas: a primeira fornece orientações metodológicas sobre o assunto contido no livro do aluno e as possibilidades para que o professor possa explorar o material a fim de encontrar a melhor forma de alcançar os objetivos pré-estabelecido sobre a temática a ser abordada em sala; a segunda propicia sugestões bibliográficas adicionais, informações quanto aos materiais didáticos complementares como: livros, filmes, sites na Internet e principalmente as respostas das atividades propostas no decorrer das unidades.

Dessa forma, percebe-se que o manual fora pensado e elaborado de forma a fornecer aos professores, inúmeros subsídios necessários à prática pedagógica, expondo o conteúdo da matéria, como também a maneira como eles devem ser trabalhados. Nesse aspecto, tornando-os ainda mais completo ao constituir o roteiro pedagógico que o docente deve trilhar.

Observa-se que nesses Manuais muito já foi abordado sobre o multiculturalismo para as aulas de História, mas que ainda existe a necessidade de ser trabalhado especificamente nos professores, como esses podem perceber e

aborda o potencial multicultural que durante muito tempo fora inferiorizados da historicidade brasileira.

Fato importante há ser observado, refere-se quanto da seleção do manual, pois ao passo que estivermos em sala de aula, exercendo o papel de docentes de História, prosamos fazer uso consciente do Manual, quanto a sua metodologia e suas problematizações, na busca de realizar escolhas conscientes sobre a abordagem que o manual tem a nos oferecer.

A cerca de uma perspectiva histórica, elucida-se que a escola ao longo do tempo, tornou-se um ambiente de debates em benefício ao eixo multicultural. Nossa análise salientou que o Manual do Professor, tornou-se o elo entre o que é repassado em sala de aula e o currículo estabelecido. Hoje a expressão “multicultural” no ambiente escolar, configura-se como elemento de direito e respeito para os grupos compostos por: Africanos, Afro-brasileiros e indígenas, que buscam combater o currículo de caráter eurocêntrico.

Daí as discussões e os inúmeros estudos voltados a multiculturalidade, quanto de sua abrangência voltada não apenas ao fator migratório, mais aos grupos que sofrem preconceito, exclusão e discriminação no âmbito social e escolar, onde por muito tempo a Elite branca, letrada, masculina, heterossexual e cristão, silenciou ou minimizou esses sujeitos, que foram postos sobre certa marginalidade. Os tópicos primordiais, quanto a uma educação verdadeiramente democrática, implica acerca: do respeito, da valorização para como o outro, mudanças nos sistema educacional, desenvolvimento de projetos curriculares e ideias pedagógicas que sejam sensíveis à temática multicultural.

O professor deve ser crítico, reflexivo, humano, questionador do que vai ensinar a seus alunos, devendo prover reformas pedagógicas quanto das temáticas abordadas, uma vez que esse tornou-se o mediador entre o conhecimento voltado para o interior e ao exterior do espaço escolar. Sendo propício ao ouvir seus alunos quanto das suas dificuldades, deve incentivar trabalhos de pesquisar e sobre hipótese alguma, ignorar alunos com culturas distintas da sua. Carece de se tornar um profissional com todas essas competências e não sendo apenas aquele que sabe do conteúdo.

O Manual apesar de desempenhar importante papel no processo educacional, não deve ser o único material a ser utilizado e explorado pelo professor, pois a educação é dinâmica e não pode ser limitada.

Partindo dessa observação Hannah Arendt (2009), ressalta que o professor ao utilizar-se unicamente do material didática ou Manual do Professor, renuncia sua responsabilidade com o mundo, onde o que decorre é que os alunos são abandonados aos seus próprios meios. Assim o professor resigna-se a ser um mero repassador de conteúdo, o qual é prescrito pelo curriculum existente nos livros didáticos escolares. Por meio dessa ação o professor força a criança a adotar uma atitude de passividade, obrigando-a abandonar a sua própria iniciativa, fato esse que não corresponde às características da disciplina de História, a qual é voltada de essência a uma abordagem de caráter quanto a um ensino crítico.

No exercício de suas funções, o professor precisa sempre buscar novos horizontes, objetivando tornar o processo educativo mais produtivo. Assim, ele deve procurar desenvolver os esforços necessários no sentido de preencher as lacunas existentes no Manual, recorrendo aos chamados materiais complementares, objetivando produzir uma boa aula e nela promover uma melhor interação entre seus alunos. Por outro lado, é de suma importância que o professor conheça a realidade na qual se encontram inseridos seus alunos. E a partir desse conhecimento, procurar desenvolver em sala de aula, dinâmicas que complementem as atividades apresentadas no Manual, fazendo com que sua disciplina sirva como elemento contributivo à formação crítica desses estudantes, em especial quanto da abordagem multicultural.

Nesse sentido, nossa pesquisa sobre o aspecto multicultural no manual de história, não busca esgotar a temática, mas sim contribuir com a convicção de que há muito por ser fazer. Somente ao investigar o uso que os professores fazem desse artefato em sala de aula, será possível mensurar sua importância para a prática docente no cotidiano escolar. A temática multicultural busca propiciar o entendimento que à diversidade cultural é essencial a construção de um mundo de paz, justo e democrático. Sobre essa vertente, torna-se necessário o avanço de pesquisas teóricas e práticas quanto da formação identitária e plural dessa camada social que fora por muito tempo, deixada às margens da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Ensino de História – conceitos, temáticas e metodologia** [Internet]. Teresina – 1990, p. 01 a 126, Departamento de estudo e Projetos (DEPRO), 2ª Edição, Editora Casa da Palavra. Disponível em: https://www.academia.edu/44555703/ALMEIDA_Maria_R_C_Ensino_de_Hist%C3%B3ria. Acesso em: 08 Nov. 2022.

ALVES, Ana Francisca de Lima; VILA, Maria Edilânea do Rego. **Livros Didáticos de História & Recursos Multimídias: Analisando seus usos através das atividades para os anos finais do ensino fundamental1** [Internet]. UFRPE/UAEADTec. 2020. XII Encontro Estadual de História. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1601983304_ARQUIVO_316d709e9abeda69ddadf2cc086a16f1.pdf&ved=2ahUKEwivrs_0xuuGAXVSrZUCHbBwA3wQFnoECCMQAQ&usq=AOvVaw1CZZ5ZBxF8llbaAGl4aa3- Acesso em: 09 Mar. 2023.

APOLINÁRIO, Maria Raquel. **Projeto Araribá História**. 1ª Edição. São Paulo: Moderna, 2006.p.01-336.

_____. **Projeto Araribá História**. 2ª Edição. São Paulo: Moderna, 2007.p. 01-384.

_____. **Projeto Araribá História**. 3ª Edição. São Paulo: Moderna, 2010.p. 01-407.

_____. **Projeto Araribá História**. 4ª Edição. São Paulo: Moderna, 2014.p. 01-408.

ARENDT, Hannah. **A crise na educação**. In: **Entre o passado e o futuro**. 6. ed., São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 221-247.

AZEVEDO, Cecília. **Ensino de História – conceitos, temáticas e metodologia** [Internet]. Teresina – 1990. p. 01 a 126, Departamento de estudo e Projetos (DEPRO), 2ª Edição, Editora Casa da Palavra. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://estagioshistoriamales.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/05/Ensino-de-Historia-Conceitos-tematicas-e-metodologias-Orgs.-Martha-Abreu-e-Rachel-Soihet.pdf>. Acesso em: 10 Jan. 2023.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª edição. Cortez Editora [Internet]. São Paulo. 2008. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://ppghistoria.furg.br/images/Selecao/bittencourt-circe-ensino-dehistoria-fundamentos-e-metodospdf.pdf&ved=2ahUKEwjBIYihteuGAXVLrZUCHetaCwxwQFnoECA4QAQ&usq=AOvVaw1qPfe863acsGKMYWvZck5N>. Acesso em: 15 Fev. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução nº 02, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e

respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF. 2017. p. 41-44, 22 dez. 2017. **Diário Oficial da União**: seção 1.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº. 03/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, DF, 19 mai. 2004.

_____. Decreto nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 05 de jan. 1939.

_____. Decreto nº 9.099, de 18 de Julho de 2017. Disposições Gerais. Art. 1º Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, executado no âmbito do Ministério da Educação, será destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 julho de 2017.

_____. Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de ago. de 1985.

_____. IBGE. Lei nº 12.711/2012, o qual prevê que 50% das vagas em universidades e institutos federais sejam direcionadas para pessoas que estudaram em escolas públicas. Desse total, metade é destinado à população com renda familiar de até 1,5 salário mínimo per capita. A distribuição das vagas da cota racial e deficiência é feita de acordo com a proporção de indígenas, negros, pardos e pessoas com deficiência da unidade da Federação onde está situada a universidade ou instituto federal, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Brasília, DF. 29 Ago. 2012.

_____. MEC. CONSED. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base** [Internet]. Brasília, DF. 2017. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 Maio 2023.

_____. MEC. PCN. **Ensino Fundamental I (EF I) (1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries; atualmente 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano) – trazia como temas posteriormente, transversais a ética, a saúde, o meio ambiente, a pluralidade cultural e a orientação sexual** [Internet]. Brasília, DF. 1997. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 16 Jul. 2023.

_____. MEC. PCN. **Ensino Fundamental II (EF II) (5ª, 6ª, 7ª, e 8ª séries; atualmente 6º, 7º, 8º e 9º anos), o tema ética foi suprimido** [Internet]. Brasília, DF. 1998. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://www.apostilasopcao.com.br/ar>

quivos-opcao/erratas/11197/69245/parametros-curriculares-nacionais-terceiro-e-quarto-ciclos-do-ensino-fundamental.pdf. Acesso em: 16 Jul. 2023.

_____. Ministério da Educação. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.** Planalto do Governo, Brasília, DF, 09 jan. 2003.

_____. Ministério da Educação. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.** Planalto do Governo, Brasília, DF, 10 Mar. 2008.

DA SILVA, Jeferson Rodrigo. **DE ANÔNIMO A BEST-SELLER: digressões sobre o sucesso do Projeto Araribá – História no PNLD de 2008** [Internet]. Revista Tempo e Argumento, v.4, n. 2, p 105. jul/dez. 2012. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://wp.ufpel.edu.br/leh/files/2017/12/SILVA-Jeferson.-De-an%C3%B4nimo.pdf>. Acesso em: 02 Mar. 2024.

DAR A PALAVRA. In: **Ciberduvidas**, 2023 [Internet]. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultoria/perguntas/dar-a-palavra/22798#>. Acesso em: 25 Abr. 2023.

FERREIRA, Francisca Jéssica Santos. **Identidades escola na escola multicultural** [Internet]. 2021, p.01-13. Disponível em: www.brasilecola.com. Acesso em: 18/09/2022.

FUNARI, Pedro Paulo A. e SILVA, Glaydson José da. **Teoria da História** [Internet]. São Paulo. 2010. 2ª reimpressão. Editora e livraria brasiliense. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://historiauninove.files.wordpress.com/2017/08/eber_teor-da-histc3b3ria.pdf&ved=2ahUKEwi29tPXqeuGAXW4rJUCHXWtCjsQFnoECBMQAQ&usg=AOvVaw0VxEuMfttNAqoHK9AZOTNz. Acesso em: 10 Jan. 2023.

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS. **Programa Nacional do Livro Didático 2008** [Internet]. Anos Finais do Ensino Fundamental. História. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília. 2007. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Guias/PNLD_2008/guias_pnld_2008_historia..pdf. Acesso em: 10 Nov. 2022.

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS. **Programa Nacional do Livro Didático 2017**. [Internet]. Anos Finais do Ensino Fundamental. História. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília. 2016. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Guias/PNLD_2017/pnld_2017_historia.pdf. Acesso em: 10 Nov. 2022.

GONTIJO, Rebeca. **Ensino de História – conceitos, temáticas e metodologia**. Teresina. 1990. p. 01 a 126. Departamento de estudo e Projetos (DEPRO), 2ª Edição, Editora Casa da Palavra.

GREEN, Bill. **Currículo, Política e a Pós-Modernidade: além da questão do conhecimento na pesquisa em currículo. Currículo sem fronteiras** [s. l.], v. 17, n. 03, p. 501-514, set./dez. 2017.

JESUS, Leandro Santos Bulhões de; MARQUES, Patrícia de Barros. **Conhecimentos Tradicionais, Ensino de História e Desenvolvimento: Educação Escolar Quilombola em Debate**. Revista da ABPN. V,9. Ed. Especial – Caderno Temático: Saberes Tradicionais. Dezembro de 2017, p.250-271.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Cortez Editora. São Paulo. 2006 [Internet]. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.professorrenato.com/attachments/article/161/Didatica%2520Jose-carlos-libaneo_obra.pdf&vd=2ahUKEwjnV_JuOuGAXWOqZUCHfdLBqkQFnoECBoQAQ&u sg=AOvVaw2zRjvMNTCX7ZJNePXnEsh2. Acesso em: 12 Fev. 2023.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação Intercultural: direitos, desafios e propostas de descolonização e de transformação social no Brasil In Cadernos CIMEAC**. Uberaba – MG.2017.v 7. n 1.

MANTOVANI, Katia Paulilo. **O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD Impactos na qualidade do ensino público**. São Paulo. 2009. p. 01 a 126, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo.

MEINERZ, Carla Beatriz; PINHEIRO, Helen Estéfany dos Santos. **Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História: relações possíveis entre comunidades escolares e comunidades tradicionais**. MÉTIS: história & cultura – 2018. n. 33, p. 151-169. v 17.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?**. Brasil. 2015. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. n. 62, p. 20–31.

NEIRA, Marcos Garcia. **Políticas culturais, multiculturalismo e currículo**. Disponível em: < <https://midia.atp.usp.br/evc/m3/textos/CD-textodeapoio-aula11.pdf> > Acesso em: 11 Nov. 2022.

NEVES, Lino João de Oliveira. **Desconstrução da colonialidade: iniciativas indígenas na Amazônia**. ecadernos CES [Internet], 02 | 2008,p. 02-07, posto online no dia 01 dezembro 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1302> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/eces.1302>. Acesso em: 07 Ago. 2023.

OLIVEIRA, Luciano de. **A Política Pública do Livro Didático (PNLD): Implicações na Escolha e usos do Livro pelo Professor** [Internet]. Revista Ars Historica, ISSN 2178-244X, nº12, Jan/Jun 2016, p. 272-290 |Disponível em: www.ars.historia.ufrj.br. Acesso em: 18 Ago. 2023.

O QUE É MULTICULTURALIDADE?. In: **Significados.com.br** [Internet] 2022. Disponível em: www.significados.com.br/multiculturalismo/. Acesso em: 02 Nov. 2022

PEREIRA, Márcia Moreira. **AFRICANIDADE E LETRAMENTO LITERÁRIO: A LEI 10.639/03 E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA**. Anais do SILEL. Volume 2, Número 2. p. 01-11, Uberlândia: EDUFU, 2011.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO. **Editais do PNLD 2017** [Internet]. CGPLI 02/2015. Disponível em: https://www.fnnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Editais/PNLD_2017/pnld_2017_edital_consolidado_10062015.pdf. Acesso em: 10 Nov. 2022.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO. **Editais do PNLD 2008** [Internet]. Secretaria e Educação. 2006. Disponível em: https://www.fnnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Editais/PNLD_2008/edital_pnld_2008.pdf. Acesso em: 10 Nov. 2022.

QUINTEIRO, Mariana Martins da Costa; FONSECA, Lana Cláudia. **Saberes tradicionais e o desafio da multiculturalidade nas instituições de ensino**. SANTOS, M.G: reflexões etnobiológicas [Internet]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 148-167. ISBN: 978-85-7511-485- 8. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575114858.0009>. Acesso em: 23 Ago. 2023.

SANSONE, Livio. **APRESENTAÇÃO QUE MULTICULTURALISMO SE QUER PARA O BRASIL?** [Internet]. Cienc. Cult. vol.59 no.2 São Paulo Apr./June 2007. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200013. Acesso em: 21 Ago. 2023.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil** [Internet]. Salvador/ Rio de Janeiro. 2004. Editora da UFBA. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://books.scielo.org/id/cqtc4/pdf/sansone-9788523211974.pdf&ved=2ahUKEwiWg4SRvOuGAXW4jpUCHeYGDnAQFnoECBEQAQ&usq=AOvVaw3DJYVQoNA6ofispnCgHdQx>. Acesso em: 12 Fev. 2023.

SILVA, Mirleide Andrade; COSTA, Edivaldo da Silva e COSTA, Aline Alves. **Conhecimento Científico e Senso comum: uma abordagem Teórica** [Internet]. Brasil. 2013. São Cristóvão-SE. VII Colóquio Internacional – Educação e Contemporaneidade. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9718/96/95.pdf> Acesso em: 11 Nov. 2022.

SILVEIRA, Claudio de Carvalho. **Espaços Educativos não formais: In: Fundamentos da Educação** [Internet]. 3. v. 1 / Claudio de Carvalho Silveira. 3a. reimp. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/tulio/Downloads/Aula_05.pdf. Acesso em: 16 de março de 2023.

SOUZA, Wendell de Oliveira. **O Programa Nacional do Livro Didático e o ensino de História (2004-2014): da Construção da Cidadania ao Pensar Historicamente**. DEHIS/UFRN, p 01 a 20, 2014.

TEIXEIRA, Beatriz de Basto. **Parâmetros Curriculares Nacionais, Plano Nacional de Educação e a Autonomia da Escola** [Internet]. Disponível em: <https://www.anped.org.br>. Acesso em 11 Nov. 2022.

TOLENTINO-NETO, Luiz Caldeira Brant de. **O processo de escolha do livro didático de Ciências por professores de 1ª a 4ª séries**. São Paulo, 2003. 103p. Dissertação de mestrado – Faculdade e Educação – Universidade de São Paulo.

VITIELLO, Márcio Abondanza; CACETE, Núria Hanglei. **Currículo, poder e a política do livro didático de geografia no Brasil** [Internet]. Revista Brasileira de Educação v. 26, pp. 01-21 de 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260013>. acesso em 26 Abril 2023.